

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	13
5.4 - Programa de Integridade	16
5.5 - Alterações significativas	22
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	23

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	24
10.2 - Resultado operacional e financeiro	52
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	54
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	55
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos (“Política”), a qual estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia e ao seu setor de atuação, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. A Política foi elaborada e aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de agosto de 2020.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora especialmente os riscos aos quais está exposta em linha com o item 4.1 do Formulário de Referência. Tratam-se de eventos incertos que podem afetar em maior ou menor grau, se realizados, os ativos e o patrimônio da Companhia.

Dentre esses, podemos citar:

- (i) **Risco de Compliance:** está associado a aplicações de punições legais e/ou regulatórias, bem como a perdas reputacionais e/ou financeiras, decorrentes de inconformidades no cumprimento e aplicação de leis, regulamentações, do Código de Conduta e/ou de políticas corporativas da Companhia.
- (ii) **Risco Estratégico:** está associado à tomada de decisão da alta administração e pode gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.
- (iii) **Risco Financeiro:** está associado às operações financeiras/contábeis da Companhia e à possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inadequados, inexatos ou intempestivos expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções. Adicionalmente, é o risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros de acordo com as políticas estabelecidas.
- (iv) **Risco de Imagem:** está associado à ocorrência de evento que pode causar impacto negativo à reputação, credibilidade ou marca da Companhia.
- (v) **Risco Operacional:** está associado à ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; demandas judiciais; segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos; entre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (vi) **Risco Regulatório:** está associado à ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores que podem afetar significativamente a habilidade da Companhia em administrar eficientemente seus negócios.
- (vii) **Risco Socioambiental:** está associado à ocorrência de perdas em virtude de efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade.
- (viii) **Risco Tecnológico:** está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da organização, ao longo da suacadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais). Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizadosao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições.

As ações resultantes da análise de riscos mencionados no item, classificados conforme a relação entre probabilidade de ocorrência e impacto caso ocorram estão identificadas no subitem "ii" da letra "b" deste item 5.1 abaixo.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia entende que riscos são inerentes a qualquer negócio e o tratamento destes visa reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos de incerteza e/ou reduzir o impacto gerado nos resultados da Companhia.

Depois de identificados, avaliados e mensurados, a Companhia define o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Trataros riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

Existem várias alternativas para tratamento dos riscos:

- **Evitar o Risco:** decisão de não se envolver ou agir de forma a se retirar de uma situação de risco;
- **Aceitar o Risco:** caso a Companhia opte por aceitar o risco, existem quatro alternativas possíveis: reter, reduzir, transferir/compartilhar ou explorar o risco, conforme segue:
 - **Reter o Risco:** manter o risco no nível atual de impacto e probabilidade;
 - **Reducir o risco:** a Companhia toma ações no sentido de minimizar a probabilidade e/ou impacto do risco;
 - **Transferir e/ou compartilhar:** a Companhia realiza atividades que visam à redução do impacto e/ou da probabilidade de ocorrência do risco por meio da transferência ou do compartilhamento de uma parte do risco; e
 - **Explorar o Risco:** a Companhia aumenta o grau de exposição ao risco na medida em que isto possibilita vantagens competitivas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política prevê os papéis e responsabilidades para condução deste tema dentro da Companhia.

Atualmente, a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com o envolvimento dos seguintes órgãos e agentes: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria; (iv) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*; (v) Auditoria Interna, sendo essa última coordenada pela Grant Thornton, uma das maiores empresas globais de auditoria, tributos, consultoria e transações do país; e (vi) os gestores e colaboradores (que atuam na chamada 1^a (primeira) linha de defesa).

Nota-se que o processo de gerenciamento de riscos da Companhia é estruturado a partir de 3 (três)linhas de defesa.

A 1^a (primeira) linha de defesa é formada essencialmente pelos gestores e colaboradores que atuam na linha de frente dos negócios da Companhia. Nessa condição, gestores e colaboradores, no tocante às operações sob sua gestão, assumem responsabilidade por observarem a Política e as diretrizes de gerenciamento de risco estabelecidas no âmbito da Companhia.

Os gestores e colaboradores devem identificar e monitorar riscos sob sua gestão, reportando à Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* (e/ou à Auditoria Interna, se aplicável)eventos de risco materiais e/ou recorrentes ou que não estejam em consonância com diretrizes e limites de risco estabelecidos pela Companhia.

Por fim, cabe a esta 1^a (primeira) linha de defesa executar, no dia a dia, os planos de ação eventualmente definidos em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão.

Na 2^a (segunda) linha de defesa, por sua vez, encontra-se diretamente a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*, cujas funções incluem a organização e estruturação do processo de gerenciamento de riscos no âmbito da Companhia.

Cabe a esta área atuar com vistas a desenvolver e padronizar procedimentos e sistemas que permitam identificar, avaliar, monitorar e tratar riscos. Ressalta-se que a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* atua tanto no apoio aos gestores e colaboradores na identificação e monitoramento de riscos e elaboração de planos de ação, quanto junto à alta administração da Companhia, reportando-lhes (de forma independente) informações e indicadores sobre a exposição a riscos e o processo de gerenciamento de riscos em si.

A 3^a (terceira) linha de defesa, a seu tempo, é exercida primordialmente pela Auditoria Interna (coordenada pela Grant Thornton). A Auditoria Interna tem como função atuar de modo imparcial, independente e autônomo com vistas a monitorar e aferir a conformidade, qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia.

Nota-se ainda que, sempre que julgar pertinente, a Auditoria Interna deve recomendar melhorias e/ou planos de ação para o adequado tratamento de riscos (auditando a implementação desses planos).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

É de se destacar ainda que a alta administração da Companhia também é atuante neste processo, cabendo-lhe assegurar a efetividade das linhas de defesa descritas acima e a observância das diretrizes da Política.

Nesse processo, o Conselho de Administração, com o suporte do Comitê de Auditoria, assume papel geral de supervisão e avaliação periódica dos riscos a que a Companhia está exposta e da estrutura de gerenciamento de Riscos acima destacada e da eficácia dos controles internos, inclusive considerando os relatórios, avaliações, propostas e reportes recebidos, inclusive, da Diretoria.

Para referência, são destacadas, abaixo, as principais atribuições dos órgãos e agentes envolvidos no processo de gerenciamento de riscos da Companhia, em conformidade com a Política:

Conselho de Administração

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração é responsável por:

- Estabelecer o nível de apetite ao risco e o nível de tolerância a risco da Companhia;
- Revisar o portfólio de riscos assumidos pela Companhia;
- Supervisionar o gerenciamento de Riscos da Companhia e avaliar periodicamente a exposição da Companhia a Riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento de Riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os Riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados; e
- Aprovar esta Política, bem como aprovar atualizações e revisões à Política sempre que necessário.

Diretoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Diretoria é responsável por:

- Identificar Riscos preventivamente e adotar medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor ao Conselho de Administração o nível de Apetite ao Risco e o nível de Tolerância a Risco da Companhia;
- Executar esta Política e propor ao Conselho de Administração, sempre que necessário, a necessidade de sua revisão em função de alterações nos Riscos a que a Companhia está exposta;
- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas gerenciamento de Riscos e de controles internos da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, as atribuições do Comitê de Auditoria são:

- Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade dos controles internos e do gerenciamento de Riscos e *compliance* da Companhia;
- Propor ao Conselho de Administração a necessidade de revisão desta Política;
- Avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia;
- Acompanhar de forma sistemática o gerenciamento de Riscos e o cumprimento de seus objetivos; e
- Supervisionar e acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* da Companhia;

Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* é responsável por:

- Desenvolver os processos a serem utilizados no gerenciamento de Riscos;
- Assessorar a Diretoria na identificação preventiva de Riscos e sugerir medidas para sua prevenção e minimização;
- Auxiliar o Comitê de Auditoria no monitoramento da exposição da Companhia a Riscos;
- Averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria;
- Apoiar gestores e colaboradores na elaboração de planos de ação; e
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador .

Auditoria Interna

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Auditoria Interna é responsável por:

- Monitorar e aferir a qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de Riscos, controles internos e governança da Companhia, sempre recomendando melhorias;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de Riscos com as políticas e normas adotadas pela Companhia; e
- Recomendar a adoção de planos de ação, acompanhar e auditar a sua implementação e efetividade dos tratamentos propostos.

Gestores e Coordenadores:

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, atuando na denominada 1ª (primeira) linha de defesa, compete aos gestores e coordenadores:

- Identificar e monitorar os riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, fornecendo relatórios adequados;
- Cumprir com os níveis de Apetite de Risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Operacionalizar o gerenciamento de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações de mitigação preventivas e corretivas;
- Participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de Riscos na Companhia; e
- Executar planos de ação definidos em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos contempla procedimentos e mecanismos adequados e eficazes para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia supervisiona o gerenciamento de riscos e avalia periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento e dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos formalizada. Adotamos internamente alguns mecanismos e controles internos de gestão de riscos, os quais são acompanhados de perto pelo Comitê de Auditoria da Companhia. Este Comitê é composto por membros do Comitê de auditoria estatutário do conselho de administração que também visa a implementação de medidas mitigatórias dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

Adicionalmente, a Companhia aplica, no que couber, as diretrizes, regras e procedimentos constantes da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de agosto de 2020 (“Política de Riscos”), e que também se destina à identificação, avaliação, tratamento e comunicação adequada dos riscos de mercado a que a Companhia está sujeita.

A Companhia possui padrões de governança que proporcionam transparência nas suas operações, de modo a evitar, mitigar e gerenciar possíveis riscos de mercado.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Considerando os riscos mencionados no item 4.2 do Formulário de Referência e a categorização de principais riscos trazida pela Política de Gerenciamento de Riscos, a companhia busca proteção contra os seguintes riscos:

- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Mercado
- Risco de Taxa de Juros
- Risco de Taxa de Câmbio e Derivativos

Os riscos listados são acompanhados pelo Comitê de Auditoria da Companhia através de controles internos gerenciais e estão sujeitos às disposições sobre identificação, avaliação, tratamento e comunicação da Política de Gerenciamento de Riscos.

- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia em plena operação está exposta a vários riscos financeiros que são inerentes à suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente a câmbio e taxa de juros. O controle e gestão desse risco busca minimizar, mitigar e monitorar tais exposições.

Neste contexto, as estratégias da Companhia permeiam além do controle, contratar operações de hedge para fins exclusivos de proteção. Adicionalmente, a Companhia se utiliza de seu volume de exportações para equilibrar essa balança de entrada e saída de cambiais, tendo assim um hedge natural estabelecido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Destacamos os principais instrumentos que são utilizados para proteção patrimonial:

- **Taxa de Juros:** diversificação de índices para as aplicações financeiras da Companhia, construindo assim um portfólio pulverizado de riscos. Além disso, a Companhia gerencia sua exposição líquida considerando valores, prazos e taxas de juros dos seus financiamentos empréstimos.
- **Taxa de Câmbio:** a Companhia se utiliza dos instrumentos financeiros devidamente alinhados às exposições que às necessitam, sejam eles NDF, para cobertura de suas importações diretamente relacionadas a sua produção (matéria-prima e demais itens de estoques), ou seja, de Swap, para dívidas em moeda estrangeira. A Companhia conta com o um controle gerencial através de planilhas que acompanha os volumes de exposição e a necessidade de contratação de instrumentos para proteção.
- **Risco de Liquidez:** Companhia adota em suas práticas o monitoramento de suas contas afim de manter índices de liquidez adequados para o perfeito cumprimento de suas obrigações; bem como gerencia suas reservas para situações inesperadas, investimentos ou oportunidades de negócios futuros.
- **Risco de Crédito:** a Companhia limita sua exposição ao risco de crédito a medida em que faz a gestão da carteira de clientes. Diversifica suas vendas entre os principais clientes do mercado eólico e as distribui tanto para o mercado interno como para mercado externo (exportação). Adicionalmente, analisa as demonstrações financeiras dos clientes, bem como mantém um monitoramento de perto dos principais indicadores de mercado dos quais estão inseridos (leilão e projetos eólicos).
- **Risco de Mercado:** a Companhia monitora e se utiliza de instrumentos financeiros para mitigar os riscos associados às oscilações de taxas de juros e de câmbio. Adicionalmente controla seus Ativos e Passivos a fim de garantir um equilíbrio em suas contas e reduzir possíveis exposições aos riscos de Mercado.

Quanto a concentração de determinadas matérias primas em poucos fornecedores, a Companhia tem buscado, juntamente com seus clientes, alternativas de desenvolvimento e homologação de novos parceiros comerciais que possibilite maiores opções de fornecimento de material.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O monitoramento dos riscos de mercado é realizado de forma periódica e seus dados/análises são reportados através de seus controles internos aos Administradores da Companhia. A Companhia entende que a atual estrutura de controles internos é adequada e suficiente para o monitoramento de tais riscos. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos são estabelecidos de acordo com os riscos que se busca monitorar:

- **Riscos de Taxas de Juros:** Esse risco sob o caixa/disponibilidade e as aplicações financeiras da Companhia é monitorado de forma constante. A Companhia está sempre buscando alternativas seguras e diversificadas para indexar esses ativos. Atualmente, o caixa e a disponibilidade da Companhia são aplicados em CDBs ou Compromissadas lastreadas em Debêntures que são atreladas atrelados à taxa de juros dos certificados de depósito interbancário (CDI) e isentas de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

por regra geral somente aplica seus recursos em bancos de primeira linha e com os quais possui relacionamento comercial.

- **Riscos de Taxas de Câmbio:** Para o gerenciamento das variações cambiais a Companhia utiliza como parâmetro de proteção a exposição líquida que encontra entre seus ativos e passivos. Através de seus controles internos, a Companhia calcula a exposição com maior periodicidade e busca alternativas de proteção para minimizar tais lacunas. Além de utilizar instrumentos financeiros para realizar esta proteção, a Companhia busca reduzir a exposição excessiva através do equilíbrio de seus ativos (receitas de exportação) que estão em moeda estrangeira, sobretudo em Dólar Americano; frente aos seus passivos (pagamentos de importação), que também estão em moeda estrangeira, principalmente em Dólar Americano.
- **Risco de Liqueidez:** a Companhia, através de seus indicadores internos, monitora seu nível de endividamento considerando os padrões de mercado, bem como no cumprimento de índices, como de *covenants*, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Para nível de endividamento, a Companhia considera o indicador Dívida Líquida por EBTIDA. Para as operações com o BNDES, foram estipuladas algumas condições mínimas medidas apartir de: (a) Relação da Dívida Líquida / EBTIDA antes dos incentivos fiscais deve ser igual ou menor que 3,5; e (b) Patrimônio Líquido/ Ativo Total deve ser maior ou igual 0,2.
- **Risco de Crédito:** Conforme descrito no Risco de Taxa de Juros acima, a Companhia por regra geral somente aplica seus recursos em bancos de primeira linha e com os quais possui relacionamento comercial. Além disso, realiza a distribuição entre essas instituições com o intuito de reduzir seu risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia também estabelece determinadas garantias nos contratos dos seus clientes, a fim de manutenção da produção emitigar também os riscos de Crédito

Conforme informações constantes no item 10.1 deste Formulário de Referência, para fins de garantias dos contratos de clientes, a Companhia considera o adiantamento de recurso para início de produção, bem como instrumentos de garantia de lote mínimo de produção vinculadas a penalidades em caso de não cumprimento.

- **Risco de Mercado:** para gerenciamento dos riscos de mercado a Companhia analisa e acompanha os principais indicadores do mercado eólico e de energia, bem como os principais parâmetros mundiais do que diz respeito a matriz energética; e seus impactos em relação às possíveis oscilações de taxas de juros e de câmbio. Os principais indicadores monitorados são, dentre outros, o de capacidade instalada no Brasil e no mundo, bem como indicadores de leilões de energia no Brasil.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza e adota como regra geral a não contratação de operações de instrumentos financeiros que não estejam atrelados à uma real necessidade do negócio; assim não realiza contratação para fins especulativos ou com outros objetivos diversos de proteção patrimonial (Hedge).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Conforme mencionado acima, a Companhia possui uma política e uma estrutura de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, composta pelo Comitê de Auditoria, ao qual compete auxiliar à Administração na implementação de medidas de monitoramento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, bem como definição de estratégias e procedimentos mitigatórios de tais riscos.

Adicionalmente, pauta-se pela estrutura e pelos procedimentos gerais descritos na Política de Riscos. Assim sendo, diversos órgãos estão envolvidos nos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, além do Comitê de Riscos, os órgãos abaixo:

Compete ao Conselho de Administração:

- Estabelecer o nível de apetite ao risco e o nível de tolerância a risco da Companhia;
- Revisar o portfólio de riscos assumidos pela Companhia;
- Supervisionar o gerenciamento de riscos da Companhia e avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados; e
- Aprovar a Política de Riscos, bem como aprovar atualizações e revisões à Política sempre que necessário.

Compete à Diretoria:

- Identificar riscos preventivamente e adotar medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco e o nível de tolerância a risco da Companhia;
- Executar a Política de Riscos e propor ao Conselho de Administração, sempre que necessário, a necessidade de sua revisão em função de alterações nos riscos a que a Companhia está exposta;
- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; e
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas gerenciamento de Riscos e de controles internos da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Compete ao Comitê de Auditoria:

- Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade dos controles internos e do gerenciamento de Riscos e *compliance* da Companhia;
- Propor ao Conselho de Administração a necessidade de revisão da Política de Riscos;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Acompanhar de forma sistemática o gerenciamento de riscos e o cumprimento de seus objetivos; e
- Supervisionar e acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos, gerenciamento de riscos e *compliance* da Companhia.

Compete à Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*:

- Desenvolver os processos a serem utilizados no gerenciamento de Riscos;
- Assessorar a Diretoria na identificação preventiva de riscos e sugerir medidas para sua prevenção e minimização;
- Auxiliar o Comitê de Auditoria no monitoramento da exposição da Companhia a riscos;
- Averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria; e
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

Compete à Auditoria Interna:

- Monitorar e aferir a qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de Riscos, controles internos e governança da Companhia, sempre recomendando melhorias;
- Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de Riscos com as políticas e normas adotadas pela Companhia; e
- Recomendar a adoção de planos de ação, acompanhar e auditar a sua implementação e efetividade dos tratamentos propostos.

Adicionalmente, está envolvida nos processos de gerenciamento dos riscos de mercado a Área Financeira da Companhia, que se reporta à Diretoria Administrativa Financeira quem compete:

- Aplicar as ações efetivas para mitigação dos riscos de mercado, como a contratação de instrumentos financeiros; e
- Acompanhar as oscilações/efeitos das variações das taxas de juros e de câmbio sobre os ativos e passivos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc

- c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme exposto acima, a Companhia monitora continuamente os riscos de mercado aos quais está exposta através de seus Controles internos. Nesse sentido, a Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos é adequada e atende com segurança os melhores interesses da Companhia, sendo eficaz no gerenciamento de riscos de mercado. Não obstante entenda que sua estrutura esteja adequada, a Companhia está constantemente em busca de melhorias em todas as suas atividades e em busca do aprimoramento de seus processos e controles – um exemplo dessa afirmação é a recente aprovação da Política de Riscos mencionada ao longo deste item.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Atualmente a Companhia conta com um modelo de gestão padronizado com estrutura voltada para atingimento de resultados. Essa transição foi impulsionada pela busca em avaliar a conformidade das áreas, obter resultados cada vez mais eficazes voltados para a rentabilidade, produzir informações mais confiáveis, garantir um maior controle de informações e aprimorar os mecanismos de prevenção, detecção e correção que impeçam a ocorrência de desvios nas demonstrações financeiras da Companhia, garantindo assim uma gestão mais eficiente de seus números.

Nesse sentido, o objetivo dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade de tais documentos, de acordo com a legislação e regras aplicáveis, bem como de requisitos internos de atividades de controle.

A Companhia, por meio de seu sistema contábil e de controles internos, garante que a condução dos negócios é adequadamente controlada, gerando um conjunto de ações/reações de qualquer elemento da organização com impacto no alcance do seu planejamento estratégico, devidamente reportado e aprovado pelo Conselho Administrativo.

O sistema de controles internos é capaz de avaliar e apreciar, de maneira contínua, os resultados da organização, comparando-os com os objetivos, metas e resultados propostos pela Diretoria, documentando a atividade de controle e fazendo-a interagir com as estruturas operacionais e de informação.

Com o intuito de fomentar a obrigação de cumprimento dos princípios contábeis aplicáveis, a Companhia é auditada por uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, garantindo registros íntegros, fiéis, completos e oportunos.

Importante ressaltar, ainda, que a Companhia aprovou, em 28 de outubro de 2019 com revisão em 18 de agosto de 2020, uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento") com o intuito de aprimorar seus procedimentos de controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, o que inclui os riscos financeiros e relacionados às contas e demonstrações de resultado da Companhia.

A recente aprovação da Política de Gerenciamento demonstra que a Companhia está em constante busca pelo aperfeiçoamento de suas práticas de controles internos.

Todo e qualquer tipo de informação financeira da Companhia, em especial seu Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras Anuais refletem com fidelidade sua real situação patrimonial, econômica e financeira, de acordo com os princípios contábeis atuais e as normas internacionais aplicáveis em termos de relatórios e controles financeiros.

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Os Diretores da Companhia estão atentos às novas tecnologias e a Companhia investe em seus controles a fim de aprimorá-los continuamente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme indicado no item 5.1 deste Formulário de Referência, fazem parte dos controles internos da Companhia os seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria; (iv) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*; e (v) Auditoria Interna.

Além das competências relacionadas ao gerenciamento de riscos já expostas naquele item, com relação exclusivamente ao controle das Demonstrações Financeiras, destaca-se que o Conselho de Administração manifesta-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício e por submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

A Diretoria, por sua vez, é a responsável por apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. O Diretor Administrativo Financeiro é o responsável direto por: (i) fazer elaborar e revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (ii) supervisionar os serviços contábeis e de gestão e controle financeiro da Companhia.; (iii) coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados das áreas de finanças; (iv) otimizar e gerir as informações e os resultados econômico-financeiros da Companhia e fornecer informações financeiras e gerenciais aos demais Diretores e ao Conselho de Administração.

Por fim, destaca-se o papel da auditoria externa, executada por empresa de classe mundial, contratada para emitir opinião sobre as demonstrações financeiras, e, no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não parafins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A gestão de riscos implementada na Companhia está alinhada e coerente com o seu planejamento estratégico, estando inserida no compromisso da organização de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos do cliente, legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

Os riscos são considerados em todas as decisões e a sua gestão é realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

No que tange ao processo de gerenciamento de riscos, conforme mencionado mais acima, a Companhia possui implementada uma Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece princípios, diretrizes a serem observados no processo de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da empresa.

Conforme disposto na Política de Gerenciamento da Companhia, o Conselho de Administração é o responsável por supervisionar o gerenciamento de riscos da Companhia e avaliar periodicamente a exposição da Companhia a Riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Cumpre, ainda, à Diretoria, avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas gerenciamento de Riscos e de controles internos da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório emitido pelos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e descumprimento de dispositivos legais e regulamentares elaborado em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 elenca a deficiência considerada significativa abaixo:

Formalização de programa de monitoramento dos controles: Embora a Companhia conte com um ambiente de controles internos com padronização de processos e controles internos estabelecidos, a administração não possui um programa formal estabelecido para monitoramento da efetividade dos controles-chaves, que asseguram a geração de informações financeiras utilizadas para tomada de decisões e utilizadas na preparação das demonstrações financeiras divulgadas a terceiros. Segundo o auditor, a ausência da formalização desse processo de monitoramento poderia ocasionar erros nas demonstrações financeiras, além de impedir que sejam aplicadas avaliações sobre os controles estabelecidos como forma de garantir que estejam adequados e operando adequadamente.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia tem como valor o investimento em ações voltadas à melhoria dos processos e controles, em reforço ao comprometimento da administração em estruturar e manter o sistema de controles internos adequado e compatível com a complexidade e volume de negócios da Companhia. Nesse sentido, os controles internos da Companhia estão sendo aprimorados com a implantação de um Comitê de Auditoria Estatutário (iniciado no último trimestre de 2020), bem como pela contratação da Grant Thornton para realizar auditoria interna, a qual já concluiu o mapeamento dos riscos corporativos da Aeris em 2020 e início de 2021, sobre o qual o Conselho de Administração e um Comitê de Auditoria Estatutário definirão os ciclos (processos) críticos para realização de auditoria interna durante o exercício social de 2021.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Aeris se preocupa em manter uma cultura de integridade como base para um ambiente ético e íntegro. Neste sentido, como principal mecanismo de integridade, temos o Programa de Integridade Aeris (“Programa”) que é composto por um conjunto de mecanismos e procedimentos internos voltados para o incentivo ao combate de más práticas de *Compliance*. Este Programa possui como principais pilares, a aplicação efetiva dos seguintes documentos: (i) Código de Conduta Aeris; (ii) as Políticas de *Compliance*, quais sejam: a Política Anticorrupção e Relacionamento com a Administração Pública; Política de Prevenção de Fraudes, Colusão e Coação; e Política Concorrencial e Antitruste, aprovadas formalmente pelo Conselho de Administração em 18.08.2020; e (iii) a divulgação e gestão responsável do Canal de Denúncia Aeris, cujas denúncias são recebidas e analisadas pelo Comitê de Integridade.

Esses mecanismos possuem o objetivo de informar as diretrizes da Companhia quanto à conduta esperada por seus dirigentes, colaboradores, terceiros e representantes, atuando de forma a detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, sejam eles praticados na esfera privada ou contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Como forma de tornar os princípios e regras de conduta acessíveis a todos os nossos colaboradores e fornecedores, também elaboramos a Cartilha de Conduta Aeris, que com base em quadrinhos em estilo de Gibi, aborda todos os temas do código, com base em situações que poderiam ser reais, aproximando a regra formal do dia-a-dia do colaborador ou fornecedor.

Nosso Programa está em constante desenvolvimento, de modo que a administração entende que está adequado aos riscos identificados até o momento. Em nossas políticas, reforçamos a preocupação em evitar danos reputacionais, patrimoniais e financeiros à Aeris, de modo que seus conteúdos foram estruturados de forma a prevenir e mitigar os riscos cuja materialização possam implicar nesses danos.

Em atenção especial ao combate à corrupção, criamos as três Políticas de Compliance que abordam fortemente este tema, além de trazer as condutas adequadas para que nossos colaboradores e terceiros se mantenham ativos nesse combate, conforme listadas no início deste item. No entanto, é importante destacar que todas as nossas Políticas de Compliance abordam em seu conteúdo temas relacionados ao relacionamento ético junto à administração pública, nacional ou estrangeira.

Os riscos aos quais a Companhia está exposta são avaliados periodicamente, com frequência mínima anual. As adaptações das Políticas de Compliance acompanham as revisões dos riscos da Companhia, com frequência mínima, portanto, anual. No entanto, considerando tratar-se de um cenário dinâmico no qual a Companhia busca constante evolução, os documentos podem ser atualizados a qualquer tempo na medida que forem identificados eventuais pontos passíveis de aprimoramento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento do comportamento ético e da conduta profissional dos colaboradores que atuam na Aeris, criamos o Comitê de Integridade Aeris, que atua sob a Coordenação da Gerência Jurídica. Sua atuação contribui positivamente para o “Pilar Perenidade dos Ventos do Futuro”, para que em 2023 a Aeris seja uma empresa com presença global, adequada às melhores práticas de *Compliance* no Brasil e no mercado internacional. O Comitê é liderado pelo Diretor Presidente da Aeris e abrange todas as ações relacionadas às questões éticas da Companhia, no tocante à conduta que a empresa espera de seus colaboradores (com ou sem vínculo empregatício), fornecedores, parceiros, agentes públicos, e demais integrantes da sociedade.

Este Comitê foi formalmente constituído, tendo como base o Regimento do Comitê de Integridade Aeris e, em última instância, reporta ao Conselho de Administração as estatísticas e casos excepcionais tratados a partir de denúncias recebidas. Atualmente o Comitê é formado pelo Diretor Presidente, pela Gerente Jurídica, pelo Diretor de Operações, pelo Diretor Administrativo Financeiro, pela Diretora de Gente e Gestão (não estatutária), pelo Diretor Industrial e pelo Diretor Comercial. A Companhia tem a intenção de aprimorar as regras de composição do órgão em um futuro próximo, para garantir a existência de mecanismos de independência em sua composição.

Além disso, também criamos a Comissão Operacional de Integridade, responsável por fazer a apuração e investigação das denúncias recebidas via Canal de Denúncias (tanto via 0800 como pelosite), coletando as evidências necessárias (enviadas via Canal de Denúncias ou, dentro do possível, coletadas na empresa) para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia, informando o resultado da apuração ao Comitê de Integridade e dando retorno, com base em respostas padrão (que poderá ser acompanhado pelo denunciante, por meio de código), via sistema do Canal de Denúncias terceirizado. Esta Comissão se reporta ao Comitê de Integridade e foi formalmente constituída, tendo como base o Regimento da Comissão de Integridade Aeris. Com a intenção de garantir sua independência, a Comissão é composta por empregados de reputação ilibada das mais diversas áreas que foram indicadas pelo Comitê de Integridade com base em seu histórico íntegro de atuação na Companhia. Adicionalmente, não há participação de qualquer membro da administração em suas atribuições e não está subordinado ou sujeito à hierarquia do Comitê de Integridade - cabendo a estes apenas acompanhar os trabalhos e reportes fornecidos pelo departamento.

Destaca-se, ainda, que a Gerência Jurídica atua também como interlocutor interno e externo, quando necessário, sobre situações de fraude. Como responsável pela área de Compliance, cabe ao Jurídico garantir a existência de uma atuação estratégica antifraude, com atuação direta nas áreas envolvidas, de forma a prevenir e/ou atuar sobre as situações identificadas, tenham sido elas reportadas por meio do Canal de Denúncia Aeris ou não. Tais situações deverão ser reportadas ao Comitê de Integridade, quando a situação em questão não envolver algum de seus membros. Quando isto acontecer, apenas os demais membros deverão tomar conhecimento da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

situação identificada, tenha sido a fraude concretizada ou não (estando ainda na iminência de ocorrer).

A instituição da Gerência Jurídica não foi formalmente aprovada, tendo em vista que não há previsão nesse sentido no Estatuto Social e demais documentos corporativos da Companhia. A Gerência Jurídica atua de maneira autônoma e independente, e se reporta, no que for necessário ao exercício de suas atribuições na condução do Programa de Compliance da Companhia, diretamente ao Presidente do Conselho de Administração. Para garantir a independência do órgão, não há participação de qualquer membro da administração em suas atribuições e não está subordinado ou sujeito à hierarquia dos órgãos da administração - cabendo a estes apenas acompanhar os trabalhos e reportes fornecidos pelo departamento.

Como mecanismo de garantia da independência dos controles, foi definido no Canal de Denúncias uma configuração que permite o escalonamento do recebimento e deliberação da denúncia, garantindo que, se necessário, a situação denunciada chegue ao Conselho de Administração sem que o denunciado, qualquer que seja o cargo que exerça, tome conhecimento da denúncia. Tal mecanismo foi formalizado e pode ser consultado no item 5.5. da Política do Canal de Denúncia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Possuímos o Código de Conduta Aeris, como forma de tornar os princípios e regras de conduta acessíveis a todos os nossos colaboradores e fornecedores.

O Código de Conduta Aeris se aplica a qualquer pessoa que trabalhe na Aeris ou que represente a Aeris, incluindo diretores, gerentes e todos os demais colaboradores, assim como seus fornecedores, prestadores de serviço, representantes etc.

Adicionalmente, todos os colaboradores da Aeris que têm interface com terceiros, sejam eles clientes, fornecedores e/ou prestadores de serviços independentes, devem estar comprometidos em fazer com que estes terceiros conheçam o Código de Conduta Aeris, fornecendo-lhes sempre todas as instruções necessárias para evitar qualquer tipo de descumprimento às Políticas da Aeris.

O mesmo acontece com as Políticas de *Compliance* da Companhia, que também se aplicam a todos os colaboradores, dirigentes, conselheiros, e fornecedores de qualquer espécie.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

De acordo com as definições do Programa de Integridade Aeris, haverá treinamentos anuais de sensibilização à Cultura de Integridade, com treinamentos sobre o Código de Conduta Aeris e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

às Políticas de *Compliance* para todos os nossos colaboradores, dirigentes e fornecedores de qualquer espécie.

Adicionalmente, se constatado, através da avaliação do relatório de denúncias, que há mais fragilidade de determinada área acerca de um tema em específico, treinamentos pontuais são estruturados para atender a tal demanda.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Nosso Programa de Integridade foi concebido de forma a educar nossos colaboradores, dirigentes e fornecedores de um modo geral quanto à conduta íntegra esperada pela Aeris acerca dos mais diversos temas. No entanto, sabemos que haverá casos em que condutas inadequadas acontecerão, que poderão variar com base na Gravidade e Reincidente. Neste sentido, foi criada a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares, que possui o propósito de estabelecer as regras, diretrizes e orientações aos colaboradores e às partes interessadas quanto à aplicação de Medidas Disciplinares às condutas que infringirem as regras do Código de Conduta, das Políticas e demais normativos internos da Aeris e ainda, a legislação aplicável à Companhia.

Como exemplos de medidas disciplinares contidas em nossa Política, podemos mencionar:

- **As medidas orientativas:** São medidas disciplinares que envolvem a orientação ao colaborador ou terceiro sobre o seu comportamento, aplicáveis em casos de desvios de conduta de menor relevância e impacto para a Aeris e não reincidentes. Nesse caso, seu gestor imediato deverá monitorar a reincidência e manter o Comitê de Integridade informado sobre eventuais desvios de conduta adicionais do colaborador ou terceiro, para que seja avaliada a adoção de medidas formais.
Exemplos: orientações, treinamentos, reciclagens, mudanças nos processos, estabelecimento de controles adicionais, alteração de sistema ou ferramenta de informática etc.
- **As medidas formais:** São aquelas baseadas na Legislação Trabalhista, e cuja aplicação deverá contar com o apoio de um representante da Administração de Pessoal, garantindo a observância dos princípios aqui definidos e os demais aspectos legais, tais como, advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa, demissão por justa causa e para os casos envolvendo terceiros, não colaboradores, há as sanções previstas em contrato, incluindo a possibilidade de rescisão por culpa do fornecedor.

A aplicação de medidas disciplinares por infração ao Código de Conduta, descumprimento da lei ou das Políticas Internas da Aeris, conforme apuração das evidências e conclusões dos processos investigativos fornecidos pelo Comitê de Integridade e pela Comissão Operacional de Integridade será executada pela Área de Gente.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta Aeris foi aprovado em 18/08/2020 pelo Conselho de Administração da Companhia e retificado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28/09/2020, podendo ser consultado por nossos colaboradores pela Intranet da Companhia, e pelas partes interessadas através do site: <https://www.ri.aerisenergy.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-conduta/>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um Canal de Denúncia Aeris e é terceirizado com a ICTS Global, referência mundialneste tipo de ferramenta. Estruturamos nosso Canal de Denúncia tendo como base a Confidencialidade (o anonimato é garantido) e na não-retaliação, princípios contidos em nossa Política de Canal de Denúncias e reforçado nas demais Políticas de *Compliance*. O Canal pode ser acessado por telefone, no número 0800-882-0611 (24h por dia, 7 dias por semana) ou pela Internet, através do site www.canaldedenuncia.com.br/aeris. As denúncias recebidas são apuradas e investigadas pela Comissão Operacional de Integridade, que informa o resultado da apuração ao Comitê de Integridade, que dará seguimento às investigações para as situações denunciadas, ou ainda,contratará investigadores externos profissionais para investigações mais complexas, se necessário.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está aberto para recebimento de denúncias de terceiros. A Aeris foi construída tendo como base alicerces éticos e assume o compromisso permanente com os valores corporativos. Assim, tendo como base o seu engajamento e protagonismo junto à sociedade, ela proporciona a colaboradores, terceiros, fornecedores e demais partes interessadas, inclusive a sociedade em geral, o Canal de Denúncia Aeris.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncia Aeris fornece confidencialidade e segurança para o denunciante, garantindo o anonimato. Não é necessário se identificar, mas é fundamental agir com responsabilidade na hora de realizar os relatos, tendo como base evidências e, sempre que possível, fornecendo estas evidências ao Canal de Denúncias Aeris, anexando-as no site www.canaldedenuncia.com.br/aeris, o que também poderá ser feito de forma anônima. O denunciante também consegue acompanhar o status de sua denúncia, por meio de código informado pelo Canal de Denúncia.

A Aeris garante o máximo sigilo possível e que nenhuma retaliação acontecerá em virtude da sua denúncia. No entanto, caso o denunciante queira se identificar, ainda assim sua identidade será mantida em sigilo. Para maiores detalhes a Política do Canal de Denúncia Aeris poderá ser consultada. A Companhia possui o princípio da tolerância zero à conduta antiética, o que inclui a realização de denúncias falsas, com o objetivo de tentar prejudicar alguém e que não sejam realizadas de boa-fé.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Comissão Operacional de Integridade é a área responsável por fazer a apuração e investigação das denúncias recebidas via Canal de Denúncias (tanto via 0800 como pelo site), coletando as evidências necessárias (enviadas via Canal de Denúncias ou, dentro do possível, coletadas na empresa) para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia, informando o resultado da apuração ao Comitê de Integridade e dando retorno, com base em respostas padrão (que poderá ser acompanhado pelo denunciante, por meio de código), via sistema do Canal de Denúncias terceirizado. Esta Comissão se reporta ao Comitê de Integridade e foi formalmente constituída, tendo como base o Regimento interno da Comissão de Integridade Aeris. Caso seja necessário, poderão ser contratados investigadores externos profissionais, para a realização de investigações mais complexas.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em operações societárias que envolvem fusão, cisão, aquisição de sociedades ou ações, ou outros tipos de reestruturação, a Companhia deverá adotar todos os mais altos padrões de diligência jurídica e contábil para avaliar as contrapartes envolvidas nas operações, com escopo dedicado a identificar vulnerabilidades e riscos de práticas irregulares em relação a temas relacionados às diretrizes de *compliance*, previamente às operações de M&A. Entre elas, aplicam-se verificações de integridade das sociedades alvo e de seus acionistas e administradores. Após a concretização das operações, o Programa de *Compliance* da Companhia, incluindo suas rotinas de monitoramento, é implantado nas pessoas jurídicas envolvidas, onde o processo de diligência é executado pela Gerência Jurídica e pela área *compliance* da Companhia, com assessoramento de escritório de advocacia especializado.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui o Código de Ética e Políticas de *Compliance* que contemplam regras, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A Companhia não identificou alterações significativas nos principais riscos aos quais está exposta no último exercício social, nem durante o exercício social corrente. A pandemia de COVID-19 afetou de forma não significativa os resultados da Companhia no ano de 2020 causando aumento anormal nos níveis de absenteísmo, principalmente devido às medidas preventivas adotadas para isolamento de funcionários em grupo de risco e quarentena de quinze dias para funcionários que apresentaram sintomas compatíveis com a COVID-19. Além dos impactos na mão de obra, a Companhia precisou aumentar os estoques de segurança de alguns insumos devido ao aumento do tempo de trânsito de alguns materiais importados. A Companhia entende que os procedimentos e práticas adotados para o gerenciamento de riscos atendem de forma satisfatória suas necessidades de monitoramento e ações de prevenção, mitigação, contingenciamento ou transferência de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes sobre à Política de Gestão de Riscos e aos controles internos da Companhia além daquelas previstas nos outros itens da seção 5 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas na seção 10 deste Formulário de Referência são apresentadas pelos Diretores da Companhia e extraídas das informações das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas nesta seção 10 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida para os exercícios em análise, ou em relação ao total do ativo total e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia consideram que as condições financeiras e patrimoniais são adequadas para que a Companhia implemente seus planos de negócios e cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos. Na opinião dos Diretores, os resultados econômicos permitem que a Companhia continue a crescer enquanto mantém índices de liquidez e alavancagem em patamares que julgam ser saudáveis.

No comparativo do exercício social de 2020 com 2019, nota-se que a Companhia apresentou aumento em seus indicadores de liquidez, enquanto em 2019 comparado a 2018 teve uma retração, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
Índice de liquidez	2020	2019	2018
Índice de Liquidez Corrente (*)	1,77	1,19	2,21
Índice de Liquidez Seca (**)	1,11	0,69	1,51

(*) Ativo Circulante/Passivo Circulante
 (**) (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante

O aumento dos índices de liquidez corrente e liquidez seca são condizentes com as expectativas da Diretoria, uma vez que, na opinião dos Diretores, em períodos de acelerado crescimento, o aumento da necessidade de capital de giro antecede o crescimento das receitas e o aumento da geração de caixa.

Para financiar tal crescimento, a Companhia optou por aumentar a participação do capital de terceiros através do aumento da dívida líquida e com recursos oriundos da oferta pública de ações, uma vez que a necessidade de aumento do capital investido para ativos imobilizados e capital de giro superou, no período observado, a parcela não retida dos lucros auferidos conforme pode ser observado na tabela a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(Em milhares de reais)	2020	2019	2018
Dívida Líquida (DL) ⁽¹⁾	438.221	296.585	204.170
Patrimônio Líquido (PL)	966.252	174.210	129.839
Capital Investido (DL+PL)	1.404.473	470.795	334.009
%DL / (DL+PL)	31,20%	63,00%	61,10%
Dívida Líquida / EBITDA antes do Incentivo Fiscal(2)	1,80x	1,77x	1,04x

(1) Dívida Líquida é a somatória de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e instrumentos financeiros derivativos.

(2) O EBITDA antes dos incentivos fiscais refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Imposto de Renda e Contribuição Social antes da aplicação do benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia.

Na visão dos Diretores, o aporte dos recursos decorrentes da oferta pública de ações permitiu à Companhia adequar sua estrutura de capital, aumentando assim a liquidez e reduzindo a alavancagem da Companhia, iniciando o cumprimento do plano de expansão previsto.

O quadro abaixo resume as principais informações financeiras e operacionais da Companhia para os exercícios sociais indicados:

Informações Financeiras Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto quando em %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação %
	2020	2019	2018	
Receita Bruta	2.363.116	861.298	681.759	174,4%
Receita Líquida	2.208.702	834.259	647.206	164,8%
Lucro Líquido do exercício	113.199	88.742	116.650	27,6%
EBITDA antes do Incentivo Fiscal (1)	243.200	167.237	196.375	45,4%
EBITDA (2)	229.141	148.232	173.410	54,6%
Margem EBITDA antes do Incentivo Fiscal (%) (3)	11,0%	20,0%	30,3%	-44,9%
Dívida Líquida (4)	438.221	296.585	204.170	47,8%
Dívida Líquida / EBITDA antes do incentivo fiscal	1,80	1,77	1,04	1,6%
Volume de Vendas (5)	2.736	1.964	1.467	28,2%

(1) O EBITDA antes dos incentivos fiscais refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Imposto de Renda e Contribuição Social antes da aplicação do benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia.

(2) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA é o resultado líquido do exercício, acrescido dos impostos de renda e contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

correntes e diferidos, do resultado financeiro e das depreciações e amortizações e funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia lembra que esta medida não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

- (3) Margem EBITDA antes dos incentivos fiscais é o resultado da divisão do EBITDA antes dos incentivos fiscais pela receita líquida.
- (4) Dívida Líquida é a somatória de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.
- (5) Quantidades de pás faturadas.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria entende que a Companhia apresentou ao longo dos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018 uma estrutura de capital adequada para o cumprimento do plano de expansão orgânico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio líquido totalizava R\$ 966,2 milhões, a dívida bruta era de R\$ 1.143,0 milhões, enquanto o saldo de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros totalizavam R\$ 704,8 milhões. A tabela a seguir mostra a evolução do endividamento e da posição patrimonial em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018. Além disso, a tabela a seguir destaca a participação do capital de terceiros:

(Em milhares de reais, exceto quando em %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	de	2020	2019
		2018	
Empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes)	1.143.002	376.477	306.914
Caixa e equivalentes de caixa	684.554	65.702	68.781
Ativos Financeiros	16.059	13.097	32.618
Instrumentos financeiros derivativos	4.168	1.093	1.345
Dívida Líquida (¹)	-	296.585	204.170
Patrimônio Líquido	966.252	174.210	129.839
Passivo total (Circulante + Não Circulante)	1.404.377	627.918	397.606
Passivo (Circulante + Não Circulante) / (PL + Passivo)	59,20%	78,30%	75,40%

(1) Dívida Líquida é a somatória de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e instrumentos financeiros derivativos.

(c) Comentários dos Diretores sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia acreditam que as condições financeiras da Companhia são suficientes para cumprir com seus compromissos. Esta opinião se baseia na capacidade demonstrada pela Companhia de manter o índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) acima de 1,0 associada à capacidade, caso necessário, de antecipar recebíveis de clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A capacidade de realização dos estoques associada ao relacionamento que a Companhia possui junto a instituições financeiras confere acesso à linhas de crédito adicionais que permitem o cumprimento das obrigações da Companhia. Adicionalmente, na opinião dos Diretores, a contratação de dívidas estruturadas, além do ingresso no mercado de capitais, na hipótese de haver necessidade, conferem à Companhia recursos suficientes para cumprir com suas obrigações.

Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional da Companhia e por meio de recursos de terceiros. Assim, considerando o endividamento e o fluxo de caixa da Companhia, os Diretores acreditam que a Companhia terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora os Diretores não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos de COVID- 19 na economia brasileira, as operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso os Diretores entendam necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as atividades e investimentos da Companhia, os Diretores acreditam ter capacidade para contratá-los.

(d) Comentários dos Diretores sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores informam que a Companhia financia suas operações através de: (i) endividamento bancário de curto prazo, principalmente para financiar o capital de giro; (ii) endividamento bancário de longo prazo, destinado a investimentos em ativos não circulantes; (iii) contas a pagar com fornecedores de matéria-prima; e (iv) adiantamentos de clientes, os quais são retornados ao longo dos contratos de fornecimento de pás.

Neste sentido, os Diretores destacam as seguintes operações: (i) obtenção de financiamento junto ao sindicato de bancos composto pelo Banco Citibank S.A., Banco Votorantim S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Caixa Geral – Brasil S.A., no 4º trimestre de 2018, no montante total de R\$100.000.000,00, destinados para investimentos em ativos não circulantes; (ii) obtenção de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), no 3º trimestre de 2019, no montante total de R\$103.405.440,76; (iii) captação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em junho de 2020, no montante total de R\$104.998.000,00. (iv) financiamento junto ao Banco BTG Pactual S.A. no valor de R\$150.000.000,00; e (v) financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. no valor de R\$100.000.000,00.

Para maiores informações sobre os contratos financeiros da Companhia, vide item 10.1. (f) deste Formulário de Referência.

(e) Comentários dos Diretores sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores entendem que a Companhia possui como principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes linhas de crédito como ACC (Adiantamento sobre

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contrato de Câmbio), NCE (Nota de Crédito à Exportação) e operações estruturadas no mercado de capitais com instituições de primeira linha para cobrir eventuais deficiências de liquidez.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos de COVID-19 em nossas operações podem justificar, no futuro e caso os Diretores da nossa Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento, não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar nossa necessidade de capital de giro no curto prazo, principalmente enquanto persistirem os efeitos da pandemia.

(f) Comentários dos Diretores sobre níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os Diretores da Companhia, por meio de seus controles internos, acompanham e controlam toda estratégia de captação de recursos, sejam elas de empréstimos ou financiamentos. A Administração considera a saúde financeira como um dos principais pilares para um crescimento sustentável e perene da Companhia. Assim, entende que possui uma estrutura adequada de endividamento; com seus saldos devidamente segregados em curto e longo prazo, bem como seus indicadores saudáveis para o negócio.

Os Diretores entendem que a Companhia mantém um bom relacionamento e possui diversas linhas de créditos junto à bancos de primeira linha, sobretudo com bancos e instituições de fomento do país. Os Diretores têm por estratégia diversificar as operações financeiras da Companhia, evitando assim uma concentração/dependência das instituições financeiras.

A tabela abaixo apresenta as informações das modalidades dos contratos de empréstimo e financiamentos consolidados relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018:

Modalidade de Endividamento (em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2020	2019	2018
Financiamento e Estruturada	364.840	438.666	253.307
Giro	778.162	387.271	123.170

A tabela abaixo apresenta determinadas informações relacionadas ao endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(Em milhões, exceto em %)	Montantes em aberto Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	Banco	Vencimento	Taxa de Juros	2020	2019	2018
Empréstimo sindicalizado		21 de novembro de 2022	3.5% + CDI	85.119	93.105	101.313
Banco do Brasil		4 de fevereiro de 2021	4% a.a	44.954	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco do Brasil	12 de novembro de 2021	3,35% a.a	62.766	-	-
Banco ABC	28 de junho de 2021	2% a.a + CDI	15.006	-	-
Banco Votorantim	21 de maio 2021	4,6% + CDI	10.018	10.342	-
Banco Votorantim	17 de fevereiro de 2021	2,15% a.a + CDI	29.037	-	-
Banco Votorantim	29 de junho de 2021	2% a.a + CDI	85.773	-	-
Banco Citibank	05 de abril de 2021	2,9% a.a + CDI	17.187	31.670	-
Banco Citibank	26 de agosto de 2022	241,5% CDI	56.192	-	-
Itaú Unibanco	1 de junho de 2021	4,45% a.a	30.156	31.555	30.199
Banco Safra	08 de novembro de 2021	3,78% a.a	45.346	-	-
Banco Santander	13 de junho de 2022	5,7% a.a	42.964	-	-
Banco Santander	28 de julho de 2022	4% a.a + CDI	115.471	-	-
Banco China Construction Bank	01 de dezembro de 2021	3,45% a.a	55.120	-	-
Banco BTG Pactual	11 de agosto de 2022	5% a.a + CDI	151.415	-	-

Abaixo, segue a relação dos contratos de financiamento oriundos de bancos/agência de fomento, tais como BNDES, BNB e Finep e operações contratadas para fins de investimentos de longo prazo:

(Em milhões, exceto em %)			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Banco	Vencimento	Taxa de Juros	2020	2019	2018
BNB	09/09/2023	10% + 25% adimplênci	8.872	9.129	11.563
BNB	29/06/2026	10% + 15% adimplênci	46.044	45.287	50.700
BNB	15/08/2027	2,5025% + IPCA + 15% adimplênci	95.836	40.451	0
BNB	15/10/2021	2,6081% + IPCA + 15% adimplênci	16.755	17.717	0
BNDES	15/08/2024	12,07% a.a	18.104	25.404	32.600
BNDES	15/07/2023	1,63% + TLP	90.988	0	0
FINEP	15/06/2020	11% a.a	0	0	0
FINEP	15/09/2023	7,5% a.a	19.877	22.213	28.056

Neste sentido, os Diretores destacam as seguintes operações vigentes em 31 de dezembro de 2020:

- (i) Obtenção dos seguintes financiamentos, em 7 de novembro de 2018, no montante total de R\$100.000.000,00, destinados para investimentos em ativos não circulantes, mediante a emissão de 4 notas de créditos à exportação por cada um dos credores, sendo (i) Cédula de Crédito Bancário emitida pelo Banco Citibank S.A. no montante de R\$ 20.000.000,00; Cédula de Crédito Bancário emitida pelo Banco Votorantim S.A. no montante de R\$ 35.000.000,00; (iii) Cédula de Crédito Bancário emitida pelo Banco ABC Brasil S.A. no montante de R\$ 30.000.000,00; e (iv) Cédula de Crédito Bancário emitida pelo Banco Caixa Geral – Brasil S.A. no montante de R\$ 15.000.000,00 (“Operação Sindicalizada”), com vencimento em 21 de novembro de 2022. O cumprimento das obrigações relacionadas à Operação Sindicalizada é garantido pela cessão fiduciária de determinados direitos creditórios decorrentes de contratos comerciais, conforme identificados nos instrumentos, de todos os recursos depositados em conta depósito e contas vinculadas, bem como quaisquer recursos decorrentes destas contas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) Celebração de Contratos de Câmbio junto ao Banco do Brasil S.A., em, no montante total de USD 19.568.568,00 milhões, equivalente a R\$ 96.420.000,00 com vencimento em 12 de novembro de 2021;
- (iii) Obtenção dos seguintes financiamentos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”): (i) em 7 de abril de 2020, o BNB emitiu cédula de crédito bancário no montante total de R\$ 25.000.000,00, com vencimento em 15 de outubro de 2021. A cédula de crédito conta com aval outorgado pelo acionista controlador da Companhia; em 17 de julho de 2019, a Companhia celebrou Contrato de Abertura de Crédito junto ao BNB no montante de R\$103.405.440,76 para financiar a aquisição e instalação de equipamentos de produção e serviços relacionados, com vencimento em 15 de agosto de 2027. O cumprimento das obrigações previstas no contrato conta com fiança bancária e conta reserva; (ii) em 29 de junho de 2016, a Companhia celebrou Contrato de Abertura de Crédito junto ao BNB no montante de R\$65.883.151,15, com vencimento em 29 de junho de 2026. O cumprimento das obrigações previstas neste contrato conta com fiança bancária, fiança do acionista controlador e conta reserva; e (iv) em 9 de setembro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Abertura de Crédito junto ao BNB no montante de R\$ 25.412.290,37, com vencimento em 9 de setembro de 2023. O cumprimento das obrigações previstas neste contrato conta com fiança bancária, fiança do acionista controlador da Companhia e alienação fiduciária de equipamento;
- (iv) Obtenção das seguintes operações de crédito junto ao Banco Citibank S.A. (“Citibank”): (i) em 1 de abril de 2019, o Citibank emitiu nota de crédito à exportação junto ao Citibank no montante total de USD 10.256.410,26, com vencimento em 5 de abril de 2021; (ii) em 23 de Outubro de 2020 emissão de nota de crédito à exportação no montante de USD 10.714.928,58 com vencimento em 26 de agosto de 2022;
- (v) Obtenção dos seguintes financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”): (i) em 3 de agosto de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no montante de R\$34.515.000,00, com vencimento em 15 de agosto de 2024. O cumprimento das obrigações previstas no contrato conta com fiança de determinados acionistas e hipoteca; (ii) em 18 de junho de 2020, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no montante de R\$104.998.000,00, com vencimento em 15 de julho de 2023. O cumprimento das obrigações previstas no contrato conta com fiança de determinados acionistas e hipoteca de segunda grau;
- (vi) Celebração de contrato de câmbio junto ao Banco Safra S.A. em 3 de novembro de 2020, no montante total de USD 7.500.000,00 milhões o equivalente a R\$ 31.575.000,00 com vencimento em 08 de novembro de 2021;
- (vii) Obtenção dos seguintes financiamentos junto ao Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”): (i) em 10 de maio de 2019, o Votorantim emitiu Cédula de Crédito à Exportação no montante total de R\$ 10.000.000,00, com vencimento em 21 de maio de 2021; (ii) em 30 de julho de 2020, emitiu Cédula de Crédito Bancário junto ao Votorantim no montante de R\$50.000.000,00, com vencimento em 29 de junho de 2021; e (iii) em 10 de fevereiro de 2020, o Votorantim emitiu cédula de crédito à exportação, no montante de USD 5.562.895,48, com vencimento em 17 de fevereiro de 2021; (iv) emissão de Nota de Crédito a Exportação em 09 de dezembro de 2020, no montante de USD 6.853.339,00 com vencimento em 08 de junho de 2021;
- (viii) Obtenção de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – Finep mediante a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

celebração de Contrato de Financiamento no montante total de R\$ 34.822.200,00, com vencimento em 15 de setembro de 2023;

(ix) Obtenção de financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. mediante a emissão de cédula de crédito bancário no montante total de R\$ 30.000.000,00, com vencimento em 1 de junho de 2021;

(x) Celebração de Contratos de Câmbio junto ao China Construction Bank., em 04/12/2020 no montante total de USD 10.700.000,00 milhões, equivalente a R\$ 52.473.850,00 com vencimento em 01 de novembro de 2021;

(xi) Emissão de cédulas de crédito bancário junto ao Banco Santander no montante total de USD 8.607.457,00 em 18 de junho de 2020, com vencimento em 13 de junho de 2022;

(xii) Obtenção de financiamento junto ao Banco BTG Pactual S.A. mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$ 150.000.000,00 com prazo de dois anos e taxa de juros equivalentes a 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, acrescido de 5,0% ao ano; e

(xiii) Obtenção de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$ 100.000.000,00 com prazo de dois anos e taxa de juros equivalentes a 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, acrescido de 4,0% ao ano.

Adicionalmente, destacam-se os principais contratos financeiros celebrados após 31 de dezembro de 2020:

i.outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Ainda como estratégia, os Diretores da Companhia priorizam linhas de créditos de longo prazo para as necessidades de investimentos e linhas de curto prazo para atendimento das necessidades operacionais de fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, cerca de 32% da dívida da Companhia estava distribuída em bancos/instituições de fomento.

A Companhia possui um histórico de expansões e todas elas realizadas também com o auxílio de bancos de fomento. Tais operações são realizadas através de linhas com custos competitivos e de prazos longos. Os Diretores entendem também a importância desse tipo de captação para os negócios da Companhia, o que demonstra que mantém níveis adequados de governança que atendem aos diversos pré-requisitos para contratá-las.

• Banco BNB: A Companhia tem relacionamento com o Banco BNB desde o ano 2011 e foi o primeiro financiamento realizado pela Companhia. Desde essa data, tem outras operações de financiamentos, conforme tabela abaixo.

• FINEP: A Companhia tem relacionamento com à FINEP desde 2015 onde a agência atua no fomento de projetos ligados à ciência e tecnologia da Companhia. Tiveram dois projetos submetidos e aprovados.

• BNDES: A Companhia tem duas linhas de financiamento com o Banco BNDES, a primeira realizada em 2017 e a segunda no ano de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiamentos	Ano	Valor de Contrato (em milhares de reais)	Status
BNB	2011	25.412	100% desembolsado
BNB	2016	65.883	100% desembolsado
BNB	2019	103.405	100% desembolsado
BNB	2020	25.000	100% desembolsado
FINEP	2012	7.385	100% desembolsado
FINEP	2015	34.822	100% desembolsado

ii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores esclarecem que não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, no entanto, deve-se observar que para determinadas dívidas foram ofertadas garantias reais, tais como avais e/ou fianças bancárias.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será (apresentadas em ordem de preferência de liquidação):

- Obrigações sociais e trabalhistas;
- Impostos a recolher;
- Financiamentos que possuem garantia real;
- Demais empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores;
- Outros passivos; e
- Dividendos e juros sobre o capital próprio.

iii. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui alguns contratos de financiamento que preveem cláusulas de vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimentos de determinadas exigências contratuais. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia cumprido a todas essas exigências.

Para as operações com o BNDES, foram estipuladas algumas condições mínimas medidas a partir de:

- Relação da Dívida Líquida/EBTIDA ser igual ou maior que 3,5
- Patrimônio Líquido/ Ativo Total for maior ou igual 0,2

Tais índices são apurados anualmente e o não atingimento poderá acarretar na distribuição de dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores, por meio de seus controles internos, acompanham mensalmente os indicadores de *covenants* da Companhia e anualmente realizam a aferição do seu resultado final. Ao longo da história da Companhia, inclusive na data deste Formulário de Referência, os *covenants* apresentados em algumas linhas de dívidas haviam sido cumpridos de forma satisfatórias.

(g) Comentários dos Diretores sobre limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui operações contratadas junto à bancos/agências de fomento, como BNDES, BNB e FINEP, para financiamento de projetos de expansão e inovação. As liberações de tais linhas acontecem à medida que ocorre a execução e comprovação dos projetos.

Das operações contratadas junto a estes bancos de fomento e, considerando a data deste Formulário de Referência, todos financiamentos contratados junto ao Banco BNB foram liberados 100% valor financiado.

Todas as operações contratadas com o BNB, trata-se de financiamento oriundo da linha FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. O FNE é um instrumento de política pública federal operado pelo Banco do Nordeste que objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Esta linha foi usada para financiamento da expansão fabril da Companhia.

(h) Comentários dos Diretores sobre alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações referentes às demonstrações de resultado e balanço patrimonial consolidados relativos aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, conforme indicado nos respectivos pareceres.

A seguir, os Diretores da Companhia esclarecem a composição de alguns itens das demonstrações dos resultados:

Receita operacional líquida: A receita líquida da Companhia é composta pela receita bruta da venda de pás para aerogeradores e da prestação de serviços de inspeção e reparo em pás para aerogeradores deduzidas de impostos sobre a venda, com alíquotas de 1,65% de PIS/PASEP, 7,6% de COFINS para venda de produtos no mercado nacional. Já a receita bruta da prestação de serviços também é deduzida pelo ISS de 2,0%. Os produtos vendidos pela Companhia não apresentam incidência de ICMS uma vez que estão incluídos no Convênio ICMS 101/97, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos tem como principal componente o custo de aquisição de matérias-primas, inclui os ganhos e perdas com derivativos cambiais voltados exclusivamente à compensar os efeitos da variação cambial sobre matérias-primas, sendo também composto pelos custos da mão de obra direta (salários, encargos e benefícios), gastos gerais de fabricação (GGF), que contemplam manutenções, serviços de terceiros, utilidades e materiais indiretos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

indispensáveis no processo produtivo e, por fim, a depreciação dos ativos utilizados no processo produtivo. Para os produtos exportados, os ganhos com a utilização de incentivos fiscais como o Reintegra e o Proex-equalização também são contabilizados através da redução do custo do produto vendido. Este grupo também inclui o custo dos serviços prestados.

Despesas comerciais, gerais e administrativas: Incluem principalmente as despesas com pessoal dos setores administrativos e despesas com os administradores da Companhia. As despesas com vendas estão incluídas neste grupo e são pouco relevantes devido às características do negócio, como a quantidade reduzida de clientes e potenciais clientes.

Despesas tributárias: Incluem tributos diretos como IPTU das instalações fabris e ICMS sobre remessas diversas de materiais.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: A Companhia aufera receitas extraordinárias a título de “ramp up fee”, que vem a ser um pagamento compensatório feito pelo cliente no início do contrato visando compensar parte dos custos adicionais inerentes à curva de aprendizado e ao baixo giro dos ativos alocados ao contrato na sua fase inicial. Este grupo também inclui a receita de venda de ferramentais específicos projetados e fabricados pela Companhia para atender contratos e a venda de resíduos para reciclagem. Outras despesas operacionais também estão listadas neste grupo, como gastos com produtos em garantia e gastos com pesquisa e desenvolvimento.

Resultado financeiro: O resultado financeiro inclui receitas e despesas de juros referentes a aplicações financeiras e operações de empréstimos e financiamentos, respectivamente. Inclui ainda o efeito da variação cambial sobre pagamentos a fornecedores e recebimentos de clientes, sempre considerando a variação entre a data do reconhecimento do direito ou da obrigação e a data efetiva de pagamento.

Imposto de renda e contribuição social – correntes: Referem-se ao imposto de renda e contribuição social correntes sobre o lucro líquido, que podem atingir, em conjunto, a alíquota máxima de 34% do lucro tributável, sendo: (i) imposto de renda, recolhido à alíquota de 15% sobre o lucro tributável; (ii) adicional do imposto de renda, incidente sobre a parcela do lucro que excede R\$ 240 mil ao ano, recolhido à alíquota de 10%; e (iii) contribuição social sobre o lucro líquido, recolhida à alíquota de 9%. É importante destacar que, sobre as parcelas de impostos de renda e adicional de imposto de renda, existe uma redução de 75% gerada pelo incentivo fiscal concedido pela SUDENE.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos: Referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados pelas alíquotas citadas no item anterior sobre as diferenças intertemporais, além de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Demonstração do resultado	2020	AV %	2019	AV%	AH %
(Em milhares de Reais, exceto quando em %)					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida	2.208.702	100,0 %	834.259	100,0 %	164,8 %
Custos dos produtos vendidos	(1.962.843)	-88,9%	(686.132)	-82,2%	186,1 %
Lucro bruto	245.859	11,1%	148.127	17,8%	66,0%
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(74.942)	-3,4%	(49.760)	-6,0%	50,6%
Despesas tributárias	(667)	0,0%	(277)	0,0%	140,8 %
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	35.206	1,6%	37.304	4,5%	-5,6%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	205.456	9,3%	135.394	16,2%	51,7%
Despesas financeiras	(235.462)	-10,7%	(91.231)	-10,9%	158,1 %
Receitas financeiras	150.097	6,8%	59.522	7,1%	152,2 %
Resultado financeiro	(85.365)	-3,9%	(31.709)	-3,8%	169,2 %
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	120.091	5,4%	103.685	12,4%	15,8%
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(6.139)	-0,3%	(14.943)	-1,8%	-58,9%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(753)	0,0%	-	0,0%	0,0%
Lucro líquido do exercício	113.199	5,1%	88.742	10,6%	27,6%

Receita operacional líquida

No comparativo do exercício social apresentado, nota-se aumento de 164,8% na receita líquida de vendas, passando de R\$ 834,3 milhões no fim do exercício social de 2019 para R\$ 2.208,7 milhões no exercício social de 2020, resultado do efeito combinado: (i) do aumento de 95% do volume de produção medido através da quantidade de MW equivalente de pás produzido pela Companhia; e (ii) do aumento da taxa de câmbio média do exercício social em mais de 30%, o que resulta num aumento médio do preço de venda, tanto na exportação quanto na correção automática de preços para os produtos vendidos no mercado brasileiro (em Reais).

Custos dos produtos vendidos

A mudança da potência média equivalente das pás produzidas, o aumento da taxa média de câmbio, juntamente com o fato da Companhia estar com mais da metade da sua capacidade produtiva dedicada à produtos que estão no início da produção, ou seja, ainda em período de *ramp up*, contribuíram para que o custo do produto vendido tivesse maior representatividade sobre a receita do que o observado exercício social anterior, passando de 82,2% da receita líquida no final do exercício social de 2019 para 88,9% no exercício social de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Bruto

Como consequência do acima previsto, o lucro bruto da Companhia teve uma alta de 66,0% no comparativo do final do exercício social de 2019 com o exercício social de 2020, passando de R\$ 148,1 milhões para R\$ 245,8 milhões.

Despesas comerciais, gerais e administrativas

As despesas comerciais, gerais e administrativas sofreram aumento de 50,6% no comparativo de 2019 com 2020, passando de R\$ 49,7 milhões para R\$ 74,9 milhões. A variação é reflexo dos aumentos ocorridos no quadro de colaboradores dos setores administrativos, nas prestações de serviços e na depreciação referente a aquisição de ativos imobilizados, consequência da adequação da Companhia para um novo ciclo de crescimento. O aumento apresentado é inferior ao aumento da receita, fazendo então com que a representatividade das despesas gerais e administrativas fossem reduzidas de 6,0% no final do exercício social de 2019 para 3,4% no exercício social de 2020.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas apresentaram variação negativa de (5,6%), passando de R\$ 37,4 milhões no final do exercício social de 2019 para R\$ 35,2 milhões no final do exercício social de 2020. A Diretoria da Companhia atribui esta variação ao recuo do resultado das vendas de ativos, em contrapartida à obtenção de receitas extraordinárias a título de “ramp up fee” associadas ao cumprimento de marcos comerciais previstos em contrato de fornecimento de pás, como instalação de moldes e início de produção de um novo modelo de pás ocorridos no exercício social de 2020.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou crescimento de 51,7%, passando de R\$ 135,4 milhões no final do exercício social de 2019 para R\$ 205,4 milhões no final do exercício social de 2020. Quando comparada à receita líquida do período, o resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou redução de 16,2% para 9,3% no comparativo do final do exercício social de 2019 com o final do exercício social de 2020, esta queda é reflexo da combinação dos seguintes fatores: Níveis de eficiência abaixo do ideal devido a linhas de produção recém-implementadas e a descontinuidade de cinco linhas de produção maduras no último trimestre de 2020.

Resultado financeiro

O resultado financeiro aumentou de R\$ 31,7 milhões no final do exercício social de 2019 para R\$ 85,3 milhões no final do exercício social de 2020, uma alta de 169,2%, causada principalmente pelo aumento na dívida bruta contraída para expansão da capacidade produtiva, sendo empregada tanto em ativos imobilizados quanto em capital de giro para atender ao crescimento da receita. O aumento das despesas financeiras líquidas também tem como causa a alta volatilidade cambial observada em 2020, fazendo que ocorresse efeitos da variação cambial sobre pagamentos e recebimentos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O imposto de renda e contribuição social correntes referentes a 2020 foi de R\$ 6,1 milhões, diminuição de 58,9% em relação ao ano de 2019, quando a Companhia apurou valores de R\$ 14,9 milhões. Tal redução deve-se, principalmente, a utilização dos gastos com emissão de ações que foram excluídas na apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a 2020 foi de R\$ 0,7 milhões.

Lucro líquido

Como consequência dos fatores apresentados anteriormente, o lucro líquido da companhia passou de R\$ 88,7 milhões no ano de 2019 para R\$ 113,1 milhões em 2020, aumento de 27,6%. A margem líquida (lucro líquido sobre receita operacional líquida) da Companhia passou de 10,6% em 2019 para 5,1% em 2020.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não identificou efeitos relevantes em seus resultados decorrentes de impactos causados pela pandemia de COVID-19.

COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2020

Demonstração do resultado	2019	AV %	2018	AV%	AH %
<i>(Em milhares de Reais, exceto quando em %)</i>					
Receita operacional líquida	834.259	100,0%	647.206	100,0%	28,9%
Custos dos produtos vendidos	(686.132)	-82,2%	(485.280)	-75,0%	41,4%
Lucro bruto	148.127	17,8%	161.926	25,0%	-8,5%
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(49.759)	-6,0%	(32.569)	-5,0%	52,8%
Despesas tributárias	(277)	0,0%	(177)	0,0%	56,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	37.304	4,5%	31.994	4,9%	16,6%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	135.394	16,2%	161.174	24,9%	-16,0%
Resultado financeiro	(31.709)	-3,8%	(28.317)	-4,4%	12,0%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	103.865	12,4%	132.857	20,5%	-22,0%
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(14.943)	-1,8%	(12.954)	-2,0%	15,4%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	-	(3.253)	-0,5%	-
Lucro líquido do exercício	88.742	10,6%	116.650	18,0%	-23,9%

Receita operacional líquida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No comparativo do exercício social de 2019 com o exercício social de 2018, nota-se aumento de 28,9% na receita líquida de vendas, passando de R\$ 647,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 834,3 milhões em 2019, resultado do efeito combinado: (i) do aumento de 44% do volume de produção medido através da quantidade de MW equivalente de pás produzido pela Companhia; e (ii) do aumento da taxa de câmbio média do período em 8% (em Reais) relativo ao dólar americano. O aumento da receita é inferior ao aumento do volume de produção devido ao aumento de participação das exportações, que tendem a ter preço inferior aos preços das mesmas pás entregues no mercado local devido ao uso de benefícios fiscais como *drawback* (Decreto Lei nº 37, de 21 de novembro de 1966), Proex-equalização e Reintegra. A receita líquida referente à exportação de pás foi de R\$ 557,3 milhões em 2019, aumento de 80,0% em relação a receita de exportação de pás de R\$ 309,6 milhões referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Custo dos produtos vendidos

Em 2019, o custo do produto vendido foi de R\$ 686,1 milhões e representou 82,2% da receita operacional líquida, um aumento de 41,4% em relação aos R\$ 485,3 milhões referentes ao custo do produto vendido de 2018, que representou 75,0% da receita operacional líquida. Os Diretores entendem que é relevante o fato de que dois clientes decidiram, em 2017 e 2018, por não cumprir as obrigações de pedidos mínimos previstos em contrato; em ambos os casos, a Companhia aplicou as penalidades previstas em contrato e ofereceu descontos futuros caso os clientes viessem a colocar novos pedidos enquanto o contrato estivesse em vigência, o que acabou ocorrendo em ambos os casos e fez com que o resultado de 2018 fosse positivamente impactado pelo reconhecimento das penalidades enquanto que o resultado de 2019 foi negativamente impactado pelos descontos oferecidos. Todos os efeitos destes dois acordos foram integralmente reconhecidos até 31 de dezembro de 2019.

Lucro bruto

Como consequência do acima previsto, o lucro bruto da Companhia apresentou uma queda de 8,5%, passando de R\$ 161,9 milhões em 2018 para R\$ 148,1 milhões em 2019. A margem bruta também sofreu redução, passando de 25,0% em 2018 para 17,8% em 2019.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas sofreram aumento de 52,8% no comparativo de 2018 com 2019, passando de R\$ 32,6 milhões para R\$ 49,8 milhões; reflexo do aumento no quadro de colaboradores dos setores administrativos. O aumento apresentado supera o aumento da receita, fazendo então com que a representatividade das despesas gerais e administrativas fossem aumentadas de 5,0% em 2018 para 6,0% em 2019.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais apresentaram variação positiva de 16,6%, passando de R\$ 32,0 milhões em 2018 para R\$ 37,3 milhões em 2019. Destes valores, destaca-se o lucro na venda de ativos de R\$ 8,7 milhões em 2019 (não existindo em 2018) referente a projetos e fabricação de ferramentais dedicados ao cumprimento de contratos de fornecimento de pás celebrados com clientes e o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

reconhecimento de uma penalidade contratual pelo não cumprimento da quantidade mínima de pedidos mediante o pagamento por determinado cliente, à Companhia, do montante de R\$ 21,5 milhões em 2018 e R\$ 19,8 milhões em 2019.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou redução de 16,0%, passando de R\$ 161,2 milhões em 2018 para R\$ 135,4 milhões em 2019. Quando comparada à receita líquida do período, o resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou queda de 24,9% para 16,2% no comparativo de 2018 com 2019. Tal redução é reflexo da combinação dos fatores descritos anteriormente na descrição dos custos dos produtos vendidos desta seção do Formulário de Referência.

Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas aumentaram de R\$ 28,3 milhões em 2018 para R\$ 31,7 milhões em 2019, uma alta de 12,0%, causada principalmente pelo aumento na dívida bruta resultante do cumprimento do plano de crescimento realizado neste período.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes referentes ao ano de 2019 foi de R\$ 14,9 milhões, aumento de 15,4% em relação 2018, quando a Companhia apurou valores de R\$ 13,0 milhões. No ano de 2018, a Companhia reconheceu um resultado negativo de R\$ 3,3 milhões como imposto de renda e contribuição social – diferidos referentes ao saldo remanescente de impostos diferidos gerados pelo prejuízo fiscal acumulado nos primeiros anos de operação da Companhia.

Lucro líquido do exercício

Como consequência dos fatores apresentados anteriormente, o lucro líquido da Companhia passou de R\$ 116,7 milhões em 2018 para R\$ 88,7 milhões em 2019, redução de 23,9%. A margem líquida (lucro líquido sobre receita operacional líquida) da Companhia passou de 18,0% em 2018 para 10,6% em 2019.

COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Demonstração do resultado	2018	AV %	2017	AV%	AH %
(Em milhares de Reais, exceto quando em %)					
Receita operacional líquida	647.206	100,0%	682.899	100,0%	-5,2%
Custos dos produtos vendidos	(485.280)	-75,0%	(574.404)	-84,1%	-15,5%
Lucro bruto	161.926	25,0%	108.495	15,9%	49,2%
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(32.569)	-5,0%	(29.064)	-4,3%	12,1%
Despesas tributárias	(177)	0,0%	(155)	0,0%	14,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.994	4,9%	5.900	0,9%	442,3%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	161.174	24,9%	85.176	12,5%	89,2%
Resultado financeiro	(28.317)	-4,4%	(31.747)	-4,6%	-10,8%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	132.857	20,5%	53.429	7,8%	148,7%
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(12.954)	-2,0%	(3.833)	-0,6%	238,0%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(3.253)	-0,5%	(2.467)	-0,4%	31,9%
Lucro líquido do exercício	116.650	18,0%	47.129	6,9%	147,5%

Receita operacional líquida

No comparativo do exercício social de 2018 com o exercício social de 2017, nota-se redução de 5,2% na receita operacional líquida, passando de R\$ 682,9 milhões em 2017 para R\$ 647,2 milhões em 2018, resultado da redução de 4% do volume de produção medido através da quantidade de MW equivalente de pás produzido pela Companhia, além da redução do preço médio de venda devido à maior participação das exportações de pás, que totalizaram R\$ 309,6 milhões em 2018, crescimento de 508,3% sobre o volume exportado de R\$ 50,9 milhões em 2017.

Custo dos produtos vendidos

Em 2018, o custo do produto vendido foi de R\$ 485,3 milhões e representou 75,0% da receita operacional líquida, uma redução de 15,5% em relação aos R\$ 574,4 milhões referentes ao custo do produto vendido de 2017, que representou 84,1% da receita operacional líquida. Os efeitos extraordinários que afetaram preços e custos em 2018, já apresentados na seção anterior, não afetaram os resultados de 2017.

Lucro bruto

Como consequência do acima previsto, o lucro bruto da Companhia aumentou em 49,2%, passando de R\$ 108,5 milhões em 2017 para R\$ 161,9 milhões em 2018. A margem bruta variou positivamente, passando de 15,9% em 2017 para 25,0% em 2018.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 12,1% no comparativo de 2017 com 2018, passando de R\$ 29,1 milhões para R\$ 32,6 milhões; reflexo do aumento no quadro de colaboradores dos setores administrativos. Quando comparada à receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 4,3% em 2017 para 5,0% em 2018.

Outras receitas operacionais líquidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As outras receitas (despesas) operacionais apresentaram significativo aumento de 442,3%, passando de R\$ 5,9 milhões em 2017 para R\$ 32,0 milhões em 2018. O aumento das outras receitas líquidas deve-se principalmente ao reconhecimento de uma penalidade contratual pelo não cumprimento da quantidade mínima de pedidos no montante de R\$ 21,5 milhões em 2018.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou aumento de 89,2%, passando de R\$ 85,2 milhões em 2017 para R\$ 161,2 milhões em 2018. Quando comparada à receita líquida do período, o resultado antes das receitas e despesas financeiras variou positivamente de 12,5% para 24,9% no comparativo de 2017 com 2018. Tal aumento é reflexo dos efeitos já descritos nas seções custo do produto vendido e outras receitas operacionais desta seção do Formulário de Referência.

Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram uma redução de 10,8%, passando de R\$ 31,7 milhões em 2017 para R\$ 28,3 milhões em 2018, causada principalmente pela redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos decorrentes da queda do CDI.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social – correntes referentes ao ano de 2018 foi de R\$ 13,0 milhões, aumento de 238,0% em relação a 2017, quando a Companhia apurou valores de R\$ 3,8 milhões. Essa variação é decorrente do aumento do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social de 2018, que foi de R\$ 132,9 milhões, em comparação com o exercício social de 2017, que foi de R\$ 53,4 milhões e da utilização da compensação de prejuízos fiscais que se encerrou no decorrer do exercício social de 2018. No ano de 2018, a Companhia reconheceu um resultado negativo de R\$ 3,3 milhões como imposto de renda e contribuição social – diferidos, em 2017, foram reconhecidos resultados negativos de R\$ 2,5 milhões.

Lucro líquido do exercício

Como consequência dos fatores apresentados anteriormente, o lucro líquido da companhia apresentou crescimento de 147,5%, passando de R\$ 47,1 milhões em 2017 para R\$ 116,7 milhões em 2018. A margem líquida (lucro líquido sobre receita operacional líquida) da Companhia passou de 6,9% em 2017 para 18,0% em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

Em milhares de reais

Ativo	2020	AV	2019	AV	AH	Passivo a patrimônio líquido	2020	AV	2019	AV	AH
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	684.554	28,9%	65.702	8,2%	941,9%	Fornecedores	205.304	8,7%	116.629	14,5%	76,0%
Ativos financeiros	16.059	0,7%	13.097	1,6%	22,6%	Empréstimos e financiamentos	690.291	29,1%	184.650	23,0%	273,8%
Contas a receber de clientes	220.132	9,3%	98.532	12,3%	123,4%	Salários e encargos sociais	31.009	1,3%	20.580	2,6%	50,7%
Estoques	617.582	26,1%	167.259	20,9%	269,2%	Tributos a recolher	3.453	0,1%	2.304	0,3%	49,9%
Tributos a recuperar	80.862	3,4%	35.575	4,4%	127,3%	Adiantamentos de clientes	6.300	0,3%	-	0,0%	100,0%
Partes relacionadas	-	0,0%	1.408	0,2%	-100,0%	Dividendos a pagar	-	0,0%	4.758	0,6%	-100,0%
Outras contas a receber	39.823	1,7%	16.262	2,0%	144,9%	Outras contas a pagar	6.022	0,3%	4.599	0,6%	30,9%
Instrumentos financeiros derivativos	8.812	0,4%	-	0,0%	100,0%	Total do passivo circulante	942.379	39,8%	333.520	41,6%	182,6%
Total do ativo circulante	1.667.824	70,4%	397.835	49,6%	319,2%						
Não circulante											
Tributos a recuperar	80.006	3,4%	56.282	7,0%	42,2%	Não circulante					
Outras contas a receber	1.205	0,1%	2.411	0,3%	-50,0%	Empréstimos e financiamentos	452.711	19,1%	191.827	23,9%	136,0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	1.093	0,1%	-100,0%	Instrumentos financeiros derivativos	4.644	0,2%	-	0,0%	100,0%
Imobilizado	620.306	26,2%	343.985	42,9%	80,3%	Adiantamentos de clientes	3.890	0,2%	102.571	12,8%	-96,2%
Intangível	1.288	0,1%	522	0,1%	146,7%	Imposto de renda e contribuição social diferidos	753	0,0%	-	0,0%	100,0%
Total do ativo não circulante	702.805	29,6%	404.293	50,4%	73,8%	Total do passivo não circulante	461.998	19,5%	294.398	36,7%	56,9%
						Total do passivo	1.404.377	59,2%	627.918	78,3%	123,7%
Patrimônio líquido											
Capital social	816.047	34,4%	36.183	4,5%	2155,3%						
Reserva de lucros	149.471	6,3%	138.027	17,2%	8,3%						
Ajuste de avaliação patrimonial	734	0,0%	-	0,0%	100,0%						
Total do patrimônio líquido	966.252	40,8%	174.210	21,7%	454,6%						
Total do ativo	2.370.629	100,0%	802.128	100,0%	195,5%	Total do passivo e patrimônio líquido	2.370.629	100,0%	802.128	100,0%	195,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 1.667,8 milhões, em comparação com R\$ 397,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representa 70,4% em 31 de dezembro de 2020 e 49,6% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de 319,2%, equivalente a R\$ 1.269,9 milhões, decorre principalmente do aumento do caixa e equivalente de caixa em R\$ 618,8 milhões bem como do aumento dos estoques em R\$ 450,3 milhões. Tanto o aumento da posição de caixa quanto aos aumentos dos estoques são reflexos da combinação da alta taxa de crescimento da Companhia associada ao aumento da percepção de risco decorrente da pandemia de COVID-19.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 702,8 milhões, em comparação com R\$ 404,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representa 29,6 % em 31 de dezembro de 2020 e 50,4% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de 73,8%, equivalente a R\$ 298,5 milhões, decorre principalmente do aumento do imobilizado em R\$ 276,3 milhões.

Passivo Circulante

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante corresponde a 39,8% em 31 de dezembro de 2020 e 41,6% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 608,9 milhões, ou 182,6%, decorreu, principalmente, do aumento de empréstimos e financiamento devido ao aumento da necessidade de capital de giro e do reconhecimento da obrigação de dividendos a pagar.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, a posição de passivo não circulante era de R\$ 462 milhões, em comparação com R\$ 294,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 19,5% em 31 de dezembro de 2020 e 36,7% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$ 167,6 milhões, ou 56,9 %, refere-se ao aumento de empréstimos e financiamentos de longo prazo, voltados principalmente para o cumprimento do plano de expansão da capacidade produtiva da Companhia através do aumento de ativos imobilizados e de operação de mútuo realizada entre o controlador e a Companhia durante o período da pandemia de COVID-19.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 966,2 milhões, comparado com R\$ 174,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 792 milhões, ou 454,6%, decorreu, principalmente da oferta pública de ações (IPO) realizado em novembro de 2020, no valor de R\$1,1 bilhão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	2019	AV	2018	AV	AH	Passivo a patrimônio líquido	2019	AV	2018	AV	AH
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	65.702	8,2%	68.781	13,0%	-4,5%	Fornecedores	116.629	14,5%	29.618	5,6%	293,8%
Ativos Financeiros	13.097	1,6%	32.618	6,2%	-59,8%	Empréstimos e financiamentos	184.650	23,0%	73.022	13,8%	152,9%
Contas a receber de clientes	98.532	12,3%	57.386	10,9%	71,7%	Salários e encargos sociais	20.580	2,6%	12.413	2,4%	65,8%
Estoques	167.259	20,9%	88.711	16,8%	88,5%	Imposto a recolher	2.304	0,3%	2.929	0,6%	-21,3%
Tributos a recuperar	35.575	4,4%	14.381	2,7%	147,4%	Dividendos a pagar	4.758	0,6%	8.887	1,7%	-46,5%
Partes relacionadas	1.408	0,2%	7.620	1,4%	-81,5%	Outras contas a pagar	4.599	0,6%	-	-	0,0%
Outras contas a receber	16.262	2,0%	11.019	2,1%	47,6%	Total do passivo circulante	333.520	41,6%	126.869	24,1%	162,9%
Total do ativo circulante	397.835	49,6%	280.516	53,2%	41,8%						
Não circulante						Não circulante					
Tributos a recuperar	56.282	7,0%	50.676	9,6%	11,1%	Empréstimos e financiamentos	191.827	23,9%	233.892	44,3%	-18,0%
Outras contas a receber	2.411	0,3%	-	-	-	Adiantamentos de clientes	102.571	12,8%	36.845	7,0%	178,4%
Investimentos	-	0,0%	-	-	-	Total do passivo não circulante	294.398	36,7%	270.737	51,3%	8,7%
Instrumentos Derivativos	1.093	0,1%	1.345	0,3%	-18,7%						
Imobilizado	343.985	42,9%	194.299	36,8%	77,0%	Total do passivo	1.404.377	59,2%	627.918	78,3%	123,7%
Total do ativo não circulante	404.293	50,4%	246.929	46,8%	63,7%						
Patrimônio líquido											
Capital social	36.183	4,5%	36.183	6,9%	0,0%						
Reserva de lucros	138.027	17,2%	93.656	17,8%	47,4%						
Total do patrimônio líquido	174.210	21,7%	129.839	24,6%	34,2%						

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do ativo	802.128	100,0%	527.445	100,0%	52,1%	Total do passivo e patrimônio líquido	802.128	100,0%	527.445	100,0%	52,1%
----------------	---------	--------	---------	--------	-------	---------------------------------------	---------	--------	---------	--------	-------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$ 397,8 milhões, em comparação com R\$ 280,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representa 49,6% em 31 de dezembro de 2019 e 53,2% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de 41,8%, equivalente a R\$ 117,3 milhões, decorre principalmente do aumento dos estoques em R\$ 78,5 milhões bem como do aumento de contas a receber de clientes em R\$ 41,1 milhões. Na opinião dos Diretores, tais aumentos são condizentes com o crescimento das receitas da Companhia.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$ 404,3 milhões, em comparação com R\$ 246,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 50,4% em 31 de dezembro de 2019 e 46,8% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de 63,7%, equivalente a R\$ 157,4 milhões, decorre principalmente do aumento do imobilizado em R\$ 149,7 milhões, destinado à construção de edificações, instalações e aquisição de máquinas e equipamentos que permitiram o aumento em mais de 100% da capacidade produtiva da Companhia, medida em MW equivalente de pás para aerogeradores.

Passivo Circulante

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante corresponde a 41,6% em 31 de dezembro de 2019 e 24,1% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R\$ 206,7 milhões, ou 162,9%, decorreu, principalmente, do aumento de empréstimos e financiamento devido ao aumento da necessidade de capital de giro e do aumento das contas a pagar com fornecedores, resultado do aumento do volume de compras também evidenciado pelo aumento nos estoques da Companhia.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de passivo não circulante era de R\$ 294,4 milhões, em comparação com R\$ 270,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 36,7 % em 31 de dezembro de 2019 e 51,3 % em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$ 23,7 milhões, ou 8,7%, decorre do aumento de adiantamento de clientes decorrente da assinatura de novos contratos de fornecimento de pás para aerogeradores compensada parcialmente pela redução dos empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 174,2 milhões, comparado com R\$ 129,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$ 44,4 milhões, ou 34,2%, é consequência da destinação de 50% do lucro do exercício para distribuição de dividendos, enquanto a parcela remanescente do lucro ficou mantida no patrimônio líquido para constituição de reserva legal, reserva de incentivo fiscal e lucros retidos para fins dedistribuição em períodos futuros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	2018	AV	2017	AV	AH	Passivo a patrimônio líquido	2018	AV	2017	AV	AH	
Circulante						Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	68.781	13,0%	32.092	6,2%	114,3%	Fornecedores	29.618	5,6%	44.683	8,7%	-33,7%	
Aplicações Financeiras	32.618	6,2%	43.122	8,4%	-24,4%	Empréstimos e financiamentos	73.022	13,8%	87.290	16,9%	-16,3%	
Contas a receber de clientes	57.386	10,9%	33.801	6,6%	69,8%	Salários e encargos sociais	12.413	2,4%	12.482	2,4%	-0,6%	
Estoques	88.711	16,8%	97.526	18,9%	-9,0%	Tributos a recolher	2.929	0,6%	3.172	0,6%	-7,7%	
Tributos a recuperar	14.381	2,7%	12.917	2,5%	11,3%	Dividendos a pagar	8.887	1,7%	-	0,0%	-	
Partes Relacionadas	7.620	1,4%	26.754	5,2%	-71,5%	Total do passivo circulante	126.869	24,1%	147.627	28,6%	-14,1%	
Outras contas a receber	11.019	2,1%	2.978	0,6%	270,0%							
Total do ativo circulante	280.516	53,2%	249.190	48,5%	12,6%							
Não circulante						Não circulante						
Tributos a recuperar	50.676	9,6%	40.335	7,8%	25,6%	Empréstimos e financiamentos	233.892	44,3%	193.351	37,5%	21,0%	
Outras contas a receber	-	0,0%	3.253	0,6%	-100,0%	Adiantamentos de clientes	36.845	7,0%	73.091	14,2%	-49,6%	
Investimentos	1.345	0,3%	729	0,1%	84,5%	Total do passivo não circulante	270.737	51,3%	266.442	51,7%	1,6%	
Instrumentos Derivativos	194.299	36,8%	221.920	43,0%	-12,4%							
Imobilizado	609	0,1%	369	0,1%	65,0%	Patrimônio líquido						
Total do ativo não circulante	246.929	46,8%	266.606	51,7%	-7,4%	Capital social	36.183	6,9%	36.183	7,0%	0,0%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

						Reserva de capital	-	0,0%	22.053	4,3%	-	100,0%
						Reserva de lucros	93.656	17,8%	43.491	8,4%	115,3%	
						Total do patrimônio líquido	129.839	24,6%	101.727	19,7%	27,6%	
Total do ativo	527.445	100,0%	515.796	100,0%	2,3%	Total do passivo e patrimônio líquido	527.445	100,0%	515.796	100,0%	2,3%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$ 280,5 milhões, em comparação com R\$ 249,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representa 53,2% em 31 de dezembro de 2018 e 48,3% em 31 de dezembro de 2017. O aumento de 12,6%, equivalente a R\$ 31,3 milhões, decorre principalmente do aumento de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 36,7 milhões bem como do aumento de contas a receber em R\$ 23,6 milhões parcialmente compensados pela redução de partes relacionadas em R\$ 19,1 milhões.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$ 246,9 milhões, em comparação com R\$ 266,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 46,8% em 31 de dezembro de 2018 e 51,7% em 31 de dezembro de 2017. A diminuição de 7,4%, equivalente a R\$ 19,7 milhões, decorre principalmente da redução do imobilizado em R\$ 27,6 milhões, compensado parcialmente pelo aumento de R\$ 10,3 milhões em tributos a recuperar, que reflete a posição de créditos estaduais (ICMS) contraídos pela Companhia com expectativa de realização em período superior a 12 meses.

Passivo Circulante

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante corresponde a 24,1% em 31 de dezembro de 2018 e 28,6% em 31 de dezembro de 2017. O passivo circulante apresentou redução de R\$ 20,8 milhões, ou 14,1%, no período, reflexo da diminuição de contas a pagar com fornecedores no valor de R\$ 15,1 milhões e da redução de empréstimos e financiamento de curto prazo em R\$ 14,3 milhões, compensados parcialmente pelo aumento dos dividendos a pagar de R\$ 8,9 milhões.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, a posição de passivo não circulante era de R\$ 270,7 milhões, em comparação com R\$ 266,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 51,3 % em 31 de dezembro de 2018 e 51,7 % em 31 de dezembro de 2017. O aumento de R\$ 4,3 milhões, ou 1,6%, decorre do aumento de empréstimos e financiamentos de longo prazo parcialmente compensados pela redução de adiantamento de clientes.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 129,8 milhões, comparado com R\$ 101,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento de R\$ 28,1 milhões, ou 27,6%, é consequência da destinação de 50% do lucro do exercício para distribuição de dividendos, enquanto a parcela remanescente do lucro ficou mantida no patrimônio líquido para constituição de reserva legal, reserva de incentivo fiscal e lucros retidos para fins de distribuição em períodos futuros e da redução da reserva de capital em R\$ 22,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios sociais indicados:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(Em milhares de reais)	2020	2019	2018
Resultado do período	113.199	88.742	116.650
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(495.109)	105.481	65.535
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(296.159)	(153.757)	(15.071)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.410.121	45.196	(13.775)
(Decréscimo) acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	618.853	(3.080)	36.689

Fluxo de caixa das atividades operacionais

As atividades operacionais consumiram caixa de R\$ 495,1 milhões no ano de 2020, em comparação a geração de caixa de R\$ 105,5 milhões no ano de 2019. A variação do fluxo de caixa das atividades operacionais nestes períodos tem como principais causas a variação em ativos e passivos decorrentes da alta taxa de crescimento da Companhia, esta variação foi negativa em R\$ 638,3 milhões de 2020 e em 2019 foi positiva em R\$ 25,7 milhões. A variação negativa em 2020 se deu principalmente pelo aumento dos estoques nestes exercícios sociais.

No comparativo dos exercícios de 2019 e 2018, nota-se aumento na geração de caixa decorrente das atividades operacionais, passando de R\$ 65,5 milhões em 2018 para R\$ 105,4 milhões no ano seguinte. O recebimento de adiantamento de clientes juntamente com o aumento do prazo médio de pagamento para fornecedores resultou em geração de caixa líquida na variação de ativos e passivos em 2019.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

No comparativo do exercício social de 2020 com 2019, nota-se que a Companhia investiu R\$ 296,1 milhões em 2020 e R\$ 153,8 milhões em 2019. O investimento realizado em 2020, principalmente no segundo semestre, foi destinado ao aumento da capacidade produtiva necessária para atender novos contratos de longo prazo para fornecimento de pás para aerogeradores.

Em 2018, a Companhia produziu, em termos de MW equivalente de pás, 4% menos que em 2017, não necessitando destinar recursos ao aumento da capacidade produtiva, o que permitiu à Companhia intensificar seus esforços na melhoria da eficiência e no aumento de lucratividade nas linhas de produção estabilizadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

No exercício encerrado de 31 de dezembro de 2020, as atividades de financiamento geraram caixa positivo de R\$ 1.410,1 milhões, permitindo o cumprimento do plano de negócios da Companhia, bem como aumentando a posição líquida de caixa decorrente do aumento da percepção de risco gerada pela pandemia da COVID-19. No mesmo período de 2019, a geração de caixa das atividades de financiamento totalizou R\$ 45 milhões. Até a realização da oferta pública de ações, a Companhia financiava seu crescimento através de empréstimos e financiamentos bancários.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as atividades de financiamento geraram caixa de R\$ 43,1 milhões, e as atividades operacionais totalizaram R\$ 105,5 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia teve consumo de caixa referente às atividades de financiamento de R\$ 26,4 milhões, tendo realizado distribuição de dividendos de R\$ 49,4 milhões e efetuado captações líquidas de empréstimos e financiamentos de R\$ 256,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são majoritariamente resultantes do faturamento de pás para aerogeradores conforme pedidos dos clientes já previstos nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores. A Diretoria entende que tais contratos permitem que a Companhia tenha alta previsibilidade nas receitas futuras, fazendo com que a maior fonte de incerteza sobre a receita seja a taxa de câmbio uma vez que, além de exportar produtos precificados em dólar americano, a Companhia também determina o preço de venda, conforme previsto nos contratos, de acordo com a taxa de câmbio. Parte do preço é definido em moeda estrangeira (dólar americano), sendo proporcional à expectativa de custos com materiais diretos importados ou mesmo comprados no Brasil com preço variável conforme a taxa de câmbio.

Os Diretores da Companhia analisam a receita operacional líquida segregada por produto (modelo de pá) e por mercado (brasileiro ou exportação). A receita de vendas por modelo de pá tem sua divulgação restrita. Tanto a evolução da produção anual e capacidade instalada quanto a participação em cada um dos mercados constam na seção 7.3, item (c) deste Formulário de Referência.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia fabrica pás para aerogeradores a partir de especificações definidas pelo cliente. O maior componente dos custos refere-se à matéria-prima empregada na fabricação das pás, seguida pelos custos com mão de obra direta, mão de obra indireta e gastos gerais de fabricação. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

- Diferença entre o consumo previsto e o consumo real das matérias primas utilizadas no processo produtivo: o processo de fabricação em material composto, mesmo utilizando máquinas e equipamentos sofisticados, é altamente dependente da perícia dos operadores de produção. Falhas no atingimento de especificações do produto geram retrabalhos e aumentam o consumo de materiais para reparos, além de comprometerem os volumes estabelecidos em contrato quando se opera próximo da capacidade plena na linha de produção. A Diretoria da Companhia entende que a capacidade de produzir com baixo índice de defeito confere importante diferencial competitivo, uma vez que o consumo de materiais tende a ser definido em conjunto com o cliente considerando como referência a expectativa dos projetistas.

Diferença entre o custo unitário das matérias primas e o custo real de aquisição: assim como o consumo esperado é definido juntamente com o cliente, o custo de aquisição das matérias primas, incluindo custos logísticos e tributos, é uma variável utilizada para a composição do preço do produto final. Desvios incorridos no processo de compra de matérias-primas podem afetar os resultados operacionais tanto positiva quanto negativamente. Os efeitos das variações no custo unitário de aquisição de matérias primas podem ser compartilhados com os clientes, tendo assim seu impacto reduzido.

- Índice de rejeito de componentes e gastos com serviços executados em produtos em garantia: ao precisar o produto, a Companhia considera provisões para perda de componentes pelo não atingimento das especificações de qualidade, e para gastos com execução de serviços em produtos em garantia, ou seja, nos casos em que defeitos gerados pela Companhia chegam até o cliente final e geram a necessidade de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

reparo em campo.

- Eficiência produtiva: a Diretoria da Companhia considera que a diferença entre o preço líquido de venda e o custo de materiais diretos reflete a agregação de valor ($VA = value addition$). O VA pode ser interpretado como a geração de valor econômico utilizado para o pagamento dos custos com mão de obra, gastos gerais de fabricação, despesas administrativas e a remuneração do capital investido. Ao planejar a produção de um certo volume de pás por um dado período e alocar os recursos a isso, a Companhia corre o risco de não gerar retorno satisfatório sobre o capital investido caso não produza o volume suficiente para isso.
- Inflação de preços: a Companhia pode sofrer aumentos sistemáticos nos custos em valores diferentes aos da inflação do período, fazendo com que os mecanismos contratuais de correção de preço por inflação não sejam eficazes.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia entendem que as condições comerciais definidas nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores, incluindo os mecanismos de correção de preços devido à variação cambial e à inflação são eficientes na busca dos objetivos de retorno sobre o capital investido.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as variações das receitas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços foram absorvidas por condições comerciais, de forma a minimizar os possíveis efeitos negativos na receita da Companhia, não havendo, portanto, variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A Diretoria entende que a inflação, a variação de preços dos principais insumos e produtos, o câmbio e as taxas de juros não tiveram um impacto relevante no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Os Diretores da Companhia entendem que as condições comerciais definidas nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores, especificamente sobre os mecanismos de correção de preços devido a variações nos custos de matérias-primas, variações cambiais e inflação são eficientes na busca dos objetivos de retorno sobre o capital investido.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores entendem que não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participações societárias relevantes para a Companhia, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores entendem que não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22 / IFRC 23

A nova interpretação, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro quando os tratamentos fiscais são incertos, em virtude de quaisquer procedimentos fiscais adotados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, consequentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.

A Entidade deve avaliar a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação a tratamentos fiscais de tributos sobre o lucro considerados como incertos e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência. A Companhia não identificou impactos na aplicação do ICPC 22 / IFRC 23, após análises efetuadas.

Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

Os Diretores entendem que a Companhia não teve impactos em suas demonstrações financeiras pela adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, uma vez que a Companhia possui poucos contratos de leasing, todos considerados fora do escopo dessa nova norma por se tratar de contratos de curto prazo ou de baixo valor.

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A Diretoria da Companhia entende que não foram adotadas novas normas que pudessem resultar em mudanças significativas nas demonstrações financeiras da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

=

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Diretoria da Companhia entende que não foram adotadas novas normas que pudessem resultar em mudanças significativas nas demonstrações financeiras da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

Os Diretores esclarecem ainda que não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, exceto pelo previsto abaixo, os relatórios dos auditores independentes não continham parágrafos

Ênfase contida nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

"Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos atenção à nota explicativa 2.a às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

apresentar as demonstrações contábeis consolidadas; demonstrações do valor adicionado e lucro por ação; reclassificações de saldos contábeis; e para aprimorar certas divulgações em notas explicativas; conforme descrito na referida nota explicativa. Em 31 de janeiro de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva."

A Diretoria decidiu reapresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para aprimorar certas divulgações em notas explicativas. Nossas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs e IFRSs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis.

A aplicação das “Políticas e Estimativas Contábeis Críticas” geralmente requer julgamento por parte da Administração da Companhia com relação ao valor de determinados itens do ativo e passivo e dos resultados das operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como os resultados das suas operações, caso as estimativas não se confirmem.

Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de créditos tributários

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado. A Companhia possui acúmulo de créditos tributários registrados no ativo, decorrente de saídas incentivadas nas vendas para o mercado externo e de saídas isentas no mercado interno.

A Administração possui planos para a realização futura dos referidos créditos de ICMS, com algumas alternativas de realização que são consideradas atualmente: (i) compensação com outros tributos estaduais, de acordo com a legislação tributária vigente; (ii) comercialização dos créditos com terceiros, mediante anuência do Estado e; (iii) pedido de aprovação e resarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários, junto às autoridades fiscais.

Vida útil do ativo imobilizado

A vida útil econômica dos bens integrantes do Ativo Imobilizado da Companhia foi estabelecida pela sua equipe técnica interna, especificamente os profissionais responsáveis pela produção e pela manutenção das instalações da Companhia. Para isso, foram utilizadas as seguintes premissas:

- Planejamento de gastos com o imobilizado: política de substituição de máquinas, defasagem tecnológica dos bens e comparativos com a tecnologia utilizada pela concorrência, nível de obsolescência, etc.
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto derivado do ativo;
- Condições de uso: instalações, umidade no ambiente, calor, poeira, sujeira;
- Avaliação do histórico e comparativo dos bens semelhantes, inclusive comparações com

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- empresas do mesmo setor; e
- Política de manutenção da Companhia – visando salvaguardar os ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. **arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

ii. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

iii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

iv. **contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b. **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não havia outros itens não evidenciados nas informações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

- b. natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. **investimentos, incluindo:**

i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia submetem anualmente à aprovação do Conselho de Administração da Companhia a aprovação do plano orçamentário do exercício subsequente, incluindo o plano de investimentos. Os investimentos destinados ao atendimento de novos contratos de fornecimento de pás firmados em 2020 resultaram em investimentos para aquisição de imobilizado e intangível de R\$ 296,2 milhões no mesmo período, de um total de R\$ 473 milhões previstos para ampliação da capacidade de produção até o final de 2021.

ii. **fontes de financiamento dos investimentos**

Os Diretores informam que as fontes de financiamento dos principais investimentos de expansão de capacidade produtiva advêm de linhas de financiamento obtidas junto a instituições financeiras, tais como, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e BNB – Banco do Nordeste. A parte necessária, denominada de contrapartida da empresa, vem do caixa da Companhia, formado pela própria geração de caixa operacional da Companhia, adicionalmente em 2020 com o incremento dos recursos advindos da oferta pública de ações, além disso outras linhas de captação de capital de giro.

iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não foram realizados desinvestimentos de capital nos últimos três exercícios sociais, nem tampouco existe desinvestimento de capital relevante em andamento e/ou previsto.

b. **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

A Companhia adquiriu, no terceiro trimestre de 2020, as instalações fabris antes pertencentes à Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda, dedicadas à fabricação de pás para aerogeradores no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. A aquisição das instalações aumentou a capacidade produtiva da Companhia em aproximadamente 15%, permitindo atender os pedidos dos clientes até que novas expansões sejam feitas.

c. **novos produtos e serviços, indicando:**

i. **descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A Companhia mantém uma equipe de pesquisa e desenvolvimento de soluções para melhorar o processo de manufatura em pás para aerogeradores, incluindo soluções de coleta e tratamento de dados utilizando IOT (internet das coisas) e inteligência artificial. As pesquisas da Companhia são mantidas em sigilo e tratadas como segredo industrial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- ii. **montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorreu em gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

- iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados pela Companhia.

- iv. **montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorreu em gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Efeitos em decorrência da pandemia causada pela Covid-19

Conforme descrito na seção 4.1 deste Formulário de Referência, a pandemia de COVID-19 vem afetando de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa.

Esses eventos adversos ocorreram após a emissão de nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto de COVID-19 em nossos negócios, além das ponderações realizadas neste item 10.1 e no item 4.1 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios.

Temos tomado medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando a, reduzir despesas, buscar novas linhas de crédito para reforçar nosso capital de giro e negociar o alongamento de prazo de pagamento junto a fornecedores. Acreditamos que essas medidas e nossa posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de nossas obrigações de longo e curto prazos e, embora não tenhamos no momento motivos para acreditar que não seremos capazes de continuar operando nossos negócios, a administração entende que a pandemia de COVID-19 poderá trazer efeitos adversos relevantes no curto prazo e efeitos que não conseguimos prever no médio e longo prazo.

Medidas tomadas pela Companhia devido à pandemia de COVID-19Impactos operacionais e financeiros

A Administração da Companhia entende que se a duração da curva de contágio da pandemia decorrente da COVID-19 se prolongar no tempo deverá haver uma desaceleração natural da economia brasileira e, portanto, poderemos eventualmente ser procurados por nossos clientes para renegociação dos contratos existentes, o que poderá impactar negativamente o resultado esperado da Companhia, com possível aumento de inadimplência, e a possibilidade de ter seus ativos imobilizados ociosos e sem a devida liquidez, reflexos que poderão também impactar nossa receita, o resultado das nossas operações, os nossos negócios e a nossa condição financeira, fluxo de caixa e endividamento. No entanto, até a data deste Formulário de Referência, não houve renegociação material de contratos com os nossos clientes, tampouco quaisquer outras mudanças materiais que poderiam acarretar a perda dos nossos clientes e, consequentemente, impactar negativamente nossa receita.

Diante dessa realidade, para fins de reforço de nosso caixa, efetuamos captações e renovações de nosso capital de giro com instituições financeiras, buscando cumprir com as nossas obrigações junto aos nossos colaboradores, fornecedores e demais parceiros, além de manter um nível de disponibilidade adequado.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2020, tínhamos R\$ 700,6 milhões em caixa e equivalentes de caixa imediatamente disponíveis. Adicionalmente, a Administração da Companhia não vislumbra dificuldades em relação ao cumprimento dos compromissos financeiros assumidos, bem como na capacidade de captar novos recursos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia pretende utilizar (i) sua geração de caixa e (ii) linhas de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras para cobertura de eventuais deficiências de liquidez, não tendo sido verificado, até o momento, dificuldades de acesso a crédito junto a instituições financeiras para esse fim. Acreditamos que nossos fluxos de caixa operacionais futuros serão suficientes para atender às nossas necessidades futuras de caixa operacional, de investimento e de dividendos no futuro próximo e que as medidas de economia de custos fortaleceram nossa capacidade de suportar o impacto adverso da pandemia da COVID-19.

Sem prejuízo dessa análise, para maior transparência ao investidor, abaixo, apresentamos os impactos da COVID-19 verificados até a data deste Formulário de Referência nas nossas atividades, bem como as medidas que tomamos diante da pandemia:

i. Mercado e indústria

A Companhia busca manter a produção ativa, tomando todas as medidas necessárias, de forma a assegurar aos clientes que o plano de produção seja mantido.

ii. Negócios, resultados e operações

A Companhia busca manter com seus fornecedores, através de uma comunicação efetiva, medidas que evitem o desabastecimento de materiais essenciais para a produção de pás.

iii. Força de trabalho e empregados

A Companhia adotou as seguintes medidas em relação aos seus empregados diante da pandemia:

- Todas as viagens internacionais estão suspensas;
- Todas as viagens nacionais de avião estão suspensas;
- A intensificação da higienização dos ambientes, reorganização dos espaços e delimitação de distância entre as pessoas;
- Instalação de barreiras físicas, disponibilização de máscaras, álcool em gel, medição de temperatura;
- Campanhas internas de conscientização, disponibilização de canais de comunicação exclusivos com nossas equipes médicas 24 horas por dia;
- Priorização de reuniões por vídeo chamada ou telefone. Só devem ser realizadas de forma presencial reuniões indispensáveis para o andamento da operação. Nesses casos, limitar ao máximo o número de participantes priorizando a distância de 2 metros entre os presentes no ambiente;
- Todas as salas de reuniões devem permanecer com as janelas e ou portas abertas;
- Reuniões presenciais devem ocorrer com um espaçamento mínimo de 01 cadeira entre os participantes e não deve ultrapassar 15 pessoas na sala;
- Serão mantidos, somente treinamentos obrigatórios que atenderão um novo formato de quantidade e distribuição nas salas, obedecendo a distância mínima de 02 metros entre os participantes. Deve-se seguir a convocação enviada pela área de Gente;
- Adoção do teletrabalho (home office) para os profissionais com atividades administrativas; e

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Atendimento psicológico.

iv. Contratos

A Companhia revisou o contrato de transporte para a locomoção de seus colaboradores, reduzindo a ocupação dos veículos de 95% para 75%; bem como alterou os horários de refeição de 3h30 para 4h00, possibilitando melhor organização e redução de aglomeração.

Impairment

A administração da Companhia analisou os impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras da Companhia e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “*impairment*” de ativos ou descontinuidade. Os ativos da Companhia seguem em operação e desempenho regular conforme o esperado, apresentando desgaste condizente com o uso. Por meio da análise do referido indicador, a administração entende que os ativos da Companhia possuem atualmente níveis adequados de funcionamento.

Desenvolvimentos futuros

Apesar de a situação atual ser altamente incerta, a Companhia avalia continuamente o impacto da pandemia de COVID-19 em seus resultados operacionais, condição financeira e liquidez, bem como quaisquer impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia. As análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2021, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de janeiro de 2021, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.